



Mariana Moura Magalhães

**Sobre a Obrigatoriedade do Amor Materno:
Um Estudo com Mulheres que Optaram por não ter Filhos**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Terezinha Féres-Carneiro

Rio de Janeiro
Março de 2012



Mariana Moura Magalhães

**Sobre a Obrigatoriedade do Amor Materno:
Um Estudo com Mulheres que Optaram por não ter Filhos**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia do Centro de Ciências Humanas e Teologia da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Terezinha Féres-Carneiro

Orientadora
Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Andréa Seixas Magalhães

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Maria Lucia Rocha-Coutinho

Instituto de Psicologia – UFRJ

Profa. Denise Berruezo Portinari

Coordenadora Setorial de Pós-Graduação
e Pesquisa do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 27 de março de 2012

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Mariana Moura Magalhães

Graduada em Psicologia na UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) – 2005. Especialista em Gestalt-terapia (indivíduo, grupo, família) pelo IGT (Instituto de Gestalt-terapia e Atendimento Familiar) – 2008. Especialista em Psicologia Clínica pelo CRP – 2009. Especialista em Relacionamento Amoroso e Sexualidade Humana pela FAMATH (Faculdades Integradas Maria Thereza) – 2011. Atualmente trabalha como psicóloga clínica e terapeuta sexual, prestando atendimentos individuais, além de grupos, casais e famílias.

Ficha Catalográfica

Magalhães, Mariana Moura

Sobre a obrigatoriedade do amor materno: um estudo com mulheres que optaram por não ter filhos / Mariana Moura Magalhães ; orientadora: Terezinha Féres-Carneiro. – 2012.

109 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2012.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Amor materno. 3. Filhos. 4. Maternidade. 5. Ambivalência. 6. Satisfação pessoal. 7. Escolha. I. Carneiro, Terezinha Féres. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Querido Jablonski,
chegou a hora dos anjos se
esbaldarem com sua alegria e humor.
Obrigada por seu carinho e
por todos os seus ensinamentos.
Você sempre estará no meu coração.

Agradecimentos

Ao meu querido professor e orientador Bernardo Jablonski, por me ensinar que as dificuldades não nos impedem de seguir em frente.

Aos amigos Bruno Larrubia e Vanessa Gerosa, pessoas tão especiais, que estiveram ao meu lado, ajudando e orientando, durante toda a elaboração desse trabalho. Que nossa amizade seja eterna.

Ao meu marido Dani, pelo apoio, carinho, compreensão e paciência. Não seria o mesmo trabalho sem você ao meu lado.

Aos meus pais e minha irmã, por acompanharem com entusiasmo cada passo dado e pela certeza de que tudo daria certo.

Aos amigos Graziela Domingues, Laura Nahib, Rafael Atab, Renato Toledo, Juliana Junger pelas infindáveis conversas sobre o tema desse trabalho e por partilharem comigo suas experiências e crenças.

A Terezinha Féres-Carneiro, pelo carinho e suporte nos momentos difíceis e pela orientação prestada no encerramento desse trabalho.

A todas as mulheres que entrevistei. Obrigada por contribuírem com a construção deste material.

Aos funcionários da PUC-Rio, Marcelina, Vera e Chico sempre tão atenciosos e colaborativos.

A CAPES, pelo auxílio prestado por meio da minha bolsa de estudo.

Resumo

Magalhães, Mariana Moura; Féres-Carneiro, Terezinha (Orientadora). **Sobre a Obrigatoriedade do Amor Materno: um estudo com mulheres que optaram por não ter filhos.** Rio de Janeiro, 2012. 109p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A dissertação “*Sobre a Obrigatoriedade do Amor Materno: um estudo com mulheres que optaram por não ter filhos*” é resultado de questionamentos da autora quanto à formação dos vínculos afetivos na relação da mãe com seu rebento. Nos últimos dois séculos, o amor materno foi atribuído à mulher como uma resposta intrínseca – própria do gênero feminino – e significado com base em comportamentos que toda boa mãe deveria apresentar. Contudo, até o século XVIII, a relação entre mãe e filhos não se assemelhava com a que concebemos hoje, desconstruindo a ideia de um modelo padronizado de amor. Realizar uma pesquisa com mulheres que optaram por não ter filhos teve por objetivo investigar os sentimentos e as razões que fizeram com que tomassem essa decisão. Com base no Método de Explicitação do Discurso Subjacente (MEDS), de natureza qualitativa, foi realizada uma pesquisa com dez mulheres de classe média, sem filhos, na faixa etária de 34 a 56 anos, moradoras da cidade do Rio de Janeiro. De acordo com os resultados, pudemos perceber que a escolha pela não maternidade não foi tão simples para as entrevistadas, sendo permeada por pressões sociais e pela ambivalência, causando dúvidas e, em alguns casos, sofrimento. Ao final, concluímos que os projetos de vida e a busca por realização e satisfação pessoal foram determinantes para que as entrevistadas escolhessem não serem mães.

Palavras-chave

Amor materno; filhos; maternidade; feminilidade; ambivalência; satisfação pessoal; escolha.

Abstract

Magalhães, Mariana Moura; Féres-Carneiro, Terezinha (Advisor). **On the Obligation of Maternal Love: a study on women who opted out of having children.** Rio de Janeiro, 2012. 109p. MSc. Dissertation – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The dissertation "*On the Obligation of Maternal Love: a study on women who opted out of having children*" is the result of the author's research on the formation of emotional bonds in the mother's relationship with their offspring. For the last two centuries, maternal love has been assigned to women as an intrinsic response - specific to female gender - and has been conceived as behaviors that every good mother should have. However, until the eighteenth century, the relationship between mother and children did not resemble what we now understand it, deconstructing the idea of a standardized model of love. Conducting a survey on women who chose not to have children sought to investigate the feelings and the reasons that made them take that decision. Based on the Underlying Discourse Unveiling Method (UDUM), of qualitative nature, a survey was conducted with ten middle-class women, without children, between the ages of 34 and 56 years old, living in the city of Rio de Janeiro. The results indicated that the choice for nonmaternity was not so simple for the respondents, influenced by social pressures and ambivalence, creating doubts and, in some cases, causing pain. At the end, we concluded that life projects and the search for fulfillment and personal satisfaction were crucial for the respondents to opt not to be mothers.

Keywords

Maternal Love; children; motherhood; femininity; ambivalence; personal satisfaction; choice.

Sumário

Introdução	10
1. Definindo o Amor Materno.....	14
1.1 Sob o Olhar Objetivista e Construtivista de Linguagem.....	15
1.2 Mito ou Verdade?.....	23
1.3 Uma Nova Responsabilidade	30
2. A Escolha Por Não Ter Filhos	35
2.1 Maternidade e Feminilidade	35
2.2 Reconfigurando: formação e consequência de novos modelos familiares....	39
2.3 As Representações da Maternidade	44
2.4 <i>Childfree</i> : livre de filhos	46
3. Estudo de Campo.....	53
3.1 Método.....	53
3.2 Participantes.....	53
3.3 Instrumento	65
3.4 Procedimento	65
4. Análise e Discussão dos Resultados	67
4.1 Experiências Pessoais e Familiares.....	67
4.2 A Instituição Maternidade.....	73
4.3 A Espera do Momento Ideal.....	76
4.4 O Estilo de Vida	79
4.5 O Casal e a Escolha pela Ausência de Filhos	84
4.6 Preocupações com o Futuro	88
5. Considerações Finais.....	91

Referências Bibliográficas	96
ANEXOS	105
Anexos 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	106
Anexos 2 – Roteiro de Entrevista	107
Anexos 3 – Declaração do Comitê de Ética	109

Introdução

Quando se buscam na literatura trabalhos que versem sobre o amor, indiscutivelmente encontra-se uma interminável lista de livros, artigos, pesquisas e estudos que discorrem sobre esse sentimento tão sublime. Em verdade, a todo instante nos deparamos com sua manifestação, ainda que por meio de filmes, poemas, novelas e canções. Como seres sociais, necessitamos do convívio com nossos semelhantes, e não há dúvidas de que, se essa convivência for permeada por esse sentimento tão primoroso, as relações serão favorecidas.

Em se tratando de estudos científicos, muitas são as teorias que promovem debates sobre o tema. Entre elas, podemos citar a do psicólogo social Zick Rubin, que desenvolveu um trabalho apontando como o amor se expressa por meio do comportamento. O amor materno, tema dessa dissertação, é conceituado, segundo a teoria de Rubin (1973), como um “modelo de amor altruísta”, isto é, no qual é enfatizado o componente “cuidado”. Esse cuidado é intrínseco e não demanda o mesmo retorno daquele a quem foi dirigido: “é cuidando do outro e fazendo todo o possível pela sua felicidade que o indivíduo motivado por este tipo de amor encontra sentido e satisfação em sua própria vida.” (RODRIGUES, ASSMAR, JABLONSKI, 2009, p. 325). Assim como a teoria de Rubin, todas as outras que conceituam o amor acabam lhe atribuindo um formato fixo e invariável, induzindo, conseqüentemente, respostas predeterminadas. No entanto, o amor materno que conhecemos na contemporaneidade difere muito do amor de séculos passados, mostrando como é complicado conferir sentido a algo subjetivo.

Alguns autores, como Badinter (1980) e Forna (1999), argumentam que até o século XVIII podemos falar em ausência do amor materno. Essa afirmação, contudo, torna-se coerente apenas se fizermos uma comparação daquele amor com o que conhecemos hoje.

Não nos parece possível mensurar o amor, nem mesmo definir qual é a melhor forma de ele ser expresso. É um sentimento construído com base em um contexto que se modifica no tempo e de cultura para cultura.

Nos últimos dois séculos, muitas transformações ocorreram em relação à maternidade. No final do século XIX e primeira metade do XX, a mulher, que, segundo alguns estudos, outrora não estabelecia vínculos afetivos com seus filhos, passou a se dedicar inteiramente à prole; a feminilidade foi encarcerada à

maternidade (única forma de se garantir a normalidade feminina); as mães passaram a seguir normas impostas pela sociedade – para gerar filhos saudáveis –, que faziam delas mães perfeitas; o amor materno, encarado como um instinto, tornou-se uma obrigação. Em outras palavras, a mulher tinha a maternidade como função essencial. Ela devia se preocupar em atender às necessidades e desejos dos filhos – tarefa de toda boa mãe – o que lhe traria satisfação e felicidade.

Entretanto, o modelo ideal da mãe perfeita foi abalado pelas conquistas femininas na década de 1960. A feminilidade foi apartada da maternidade, que deixou de ser o único meio de realização pessoal. As mulheres adquiriram direitos que até então desconheciam e, por conseguinte, passaram a elaborar projetos que não estavam vinculados aos filhos.

Os novos paradigmas suscitaram mudanças na estrutura familiar, e a formação de arranjos familiares cuja essência é, primordialmente, a felicidade, cumplicidade, bem-estar e satisfação pessoal. Assim, para algumas mulheres da atualidade, o papel de mãe não se encaixa mais em sua autoimagem e em seu modelo de vida, desestruturando a ideia de instinto materno.

Embora o número de casais que optam por não ter filhos esteja crescendo, a realização da maternidade pode vir a ser um dilema. As seguintes perguntas nos instigaram a elaborar esse trabalho: as mulheres estão deixando de ser mães para não terem de cumprir com as exigências da maternidade? Existem mulheres que acreditam não serem capazes de ser as boas mães que a sociedade espera?

O trabalho “Sobre a Obrigatoriedade do Amor Materno: um estudo com mulheres que optaram por não ter filhos” não teve por objetivo desconstruir o ideal de amor materno, muito menos afirmá-lo como um mito. Sem dúvida ele é real e está entranhado no coração de muitas mulheres – com ou sem filhos. Nosso questionamento está relacionado à “instituição maternidade”, que demanda da mulher o cumprimento de uma série de exigências para ser considerada uma boa mãe. O objetivo desse trabalho foi:

a) *Objetivo Geral*

- Investigar os sentimentos e as possíveis razões para que as mulheres, na contemporaneidade, escolham não ter filhos.
-

b) *Objetivos Específicos*

- Investigar a infância e a adolescência da entrevistada, visando entender como era a relação com os pais, especialmente com a mãe, e verificando como ela percebe a maternidade.
- Saber como era o casamento da entrevistada e como foi feita a escolha de não ter filhos.
- Verificar o que a entrevistada entende por aspectos positivos e negativos da não maternidade.

O primeiro capítulo da dissertação foi dividido em três partes. Na primeira – *Sob o olhar objetivista e construtivista de linguagem* –, discorremos sobre a formação da consciência, questionando se o amor materno é uma construção ou uma realidade em si, e mostrando a linha de pensamento em que nos apoiamos para elaborar o material. Em seguida, no subcapítulo “*Mito ou verdade*”, fizemos um levantamento histórico, buscando conhecer de que maneira o amor materno se expressava em séculos anteriores. Para finalizar, apresentamos “*Uma nova responsabilidade*”, demonstrando como a concepção de amor presente na contemporaneidade foi estruturada.

O segundo capítulo foi organizado em quatro partes. Para começar, falamos sobre “*Maternidade e feminilidade*”, em que abordamos basicamente o século XX, enfatizando a importância da emancipação feminina, suas conquistas e consequências. Posteriormente, tecemos considerações sobre a formação de novos arranjos conjugais no subcapítulo “*Reconfigurando: formação e consequência de novos modelos familiares*”. Na terceira parte, sublinhamos o quanto “*As representações da maternidade*” ainda se baseiam em ideias construídas no início do século XX. Fechando o capítulo, e nossa parte teórica, dissertamos sobre os casais que optam por não ter filhos, suas dificuldades e seus ganhos em “*Childfree: livre de filhos*”.

No terceiro capítulo, descrevemos como foi realizado nosso estudo de campo enquanto que no quarto capítulo, apresentamos os resultados da pesquisa realizada com mulheres que optaram pela não maternidade.

Para encerrar, tecemos as últimas considerações sobre o trabalho.

1. Definindo o Amor Materno

*“Quando se trata de ideias sobre a maternidade,
parece que o bom senso é atirado pela janela”
(Aminatta Forna)*

Quando perguntamos a alguém o que é o amor materno é esperado que esta definição esteja relacionada a um conjunto de valores que comumente são escolhidos para significar este sentimento. Mas como chegarmos a esta definição?

Se observarmos a relação da criança de nossa época com sua mãe e a comparamos com a relação existente em gerações anteriores, sem dúvida perceberemos que ela possui diferenças. É possível encontrar rapidamente uma resposta para este enigma: decerto, a cultura e o tempo são responsáveis pelas transformações. Mas será que as mesmas definições seriam utilizadas para determinar o que é o amor materno em outros momentos da História?

Para desenvolver um trabalho sobre esse tema e investigar o impacto de suas representações em nossa sociedade contemporânea parecia fundamental realizar um estudo histórico para investigar como era a representação do amor materno em outros períodos, verificando se havia diferença em sua forma. Porém, com base nesse estudo, outra pergunta nos desconcertou. O amor materno faria parte da natureza da mulher ou seria uma construção social estabelecida na relação da mãe com o filho? Será que podemos falar em uma predisposição à maternidade?

No momento em que foram constatadas diferentes formas de entender a manifestação do amor materno, parecia necessário delinear a linha de pensamento com a qual intentamos produzir este material. Desse modo, neste capítulo serão descritas diferentes formas de entender a formação deste sentimento. É importante esclarecer que este trabalho não tem a pretensão de interpretar como verdade algumas das linhas de pensamento entre as que serão expostas. No entanto, para a compreensão desta dissertação, será indispensável elucidar em que bases este estudo foi desenvolvido. Além disso, será apresentado nosso levantamento histórico, desde o século XVII até a metade do século XX, com considerações sobre as possíveis verdades e mitos acerca do amor materno.

1.1 Sob o Olhar Objetivista e Construtivista de Linguagem

O século XVII foi marcado pelo surgimento da ciência moderna, fundamentada pela físico-matemática e pelas ciências experimentais, e expressada por pensadores como o empirista Francis Bacon (1561 – 1626) e o racionalista René Descartes (1596 – 1650), que buscavam explicar a aquisição do conhecimento.

Para os empiristas o conhecimento era proveniente da experiência e suas impressões formavam o pensamento. Já Descartes defendia a ideia de que a racionalidade era natural ao homem e que deveria ser bem conduzida para evitar o erro, fruto do mau uso da razão. Como possuidor da razão, o homem traria dentro de si a possibilidade de conhecimento, o qual deveria ser recuperado, em caso de erro, para formulação do saber científico.

Como mostra Marcondes (2000, 2004), Descartes refutava o ceticismo buscando desenvolver bases seguras para a ciência. Para o filósofo só existia uma verdade de cada coisa, e o homem, por meio da razão e conseqüentemente de seu conhecimento, poderia conhecer o real de modo verdadeiro e definitivo. Algo só poderia existir se fosse provado; dessa forma, a ciência deveria ser fundamentada por critérios seguros que garantissem uma certeza livre dos céticos. A crença no poder crítico da razão humana – na interioridade – definiu a subjetividade em Descartes: a busca no sujeito pelo conhecimento.

O projeto moderno se define, em linhas gerais, pela busca da fundamentação da possibilidade do conhecimento e das teorias científicas na análise da subjetividade, do indivíduo considerado como sujeito pensante, como dotado de uma mente ou consciência caracterizada por uma determinada estrutura cognitiva, bem como por uma capacidade de ter experiências empíricas sobre o real, tal como encontramos no racionalismo e no empirismo, embora em diferentes versões (MARCONDES, 2004, p. 251).

O pensamento moderno entrou em crise a partir das críticas de Hegel (1770 – 1831), no século XIX, que apontavam a necessidade de se considerar o processo histórico e cultural na formação da consciência. Crítico às idéias subjetivistas do projeto moderno, ele não considerava que a consciência fosse originária, podendo fundamentar a “nossa possibilidade de conhecer o real, de representar a realidade através de nossos processos cognitivos” (MARCONDES, 2004, p. 252). De modo diferente do naturalismo, diretamente relacionado à interioridade na

fundamentação do conhecimento, Hegel adotava uma visão cujo contexto (externo) era essencial para esta formação.

A partir de então, a subjetividade passou a ser criticada por diferentes linhas de pensamento, como, por exemplo, a filosofia analítica e o positivismo lógico, que, embora não concordassem com as ideias de Hegel, ainda assim acreditavam que a filosofia racionalista e a empirista eram problemáticas e insuficientes, isso porque, se os atos mentais eram subjetivos, não haveria como contar com uma validade universal e objetiva exigida pela ciência.

O resultado dessas críticas foi a formação de um pensamento cuja linguagem veio estabelecer uma explicação da ligação do sujeito e da realidade como relação de significação (MARCONDES, 2000, 2004). No entanto, a análise dos significados seguiu duas linhas diferentes, que fazem parte do pensamento na contemporaneidade. Uma delas – a Visão Objetivista de Linguagem – é formada pelos herdeiros da Tradição Moderna, como a Fenomenologia, o Existencialismo, a Filosofia Analítica e o Positivismo Lógico e a Escola de Frankfurt. De acordo com esta visão, a linguagem possui um caráter representacional cujos objetos empíricos, pensamentos ou uma entidade abstrata – as coisas do universo – são representados pela língua (LAMPREIA, 2010). Existe um mundo objetivo cujo sentido é determinado de forma natural, isto é, o objeto (a realidade em si, independente dos sentidos e da linguagem) é representado pela linguagem, seu significado está ligado à sua descrição e a verdade está vinculada à realidade.

Nesse tipo de concepção, a linguagem científica é considerada como um sistema formal que visa estabelecer as condições necessárias e suficientes para explicação dos fenômenos. Por conseguinte, a forma mais genérica de definir esse tipo de concepção é em termos de um ideal de objetividade da representação da realidade – seja essa empírica, lógica ou psíquica (COUTINHO, 1996, p. 25).

De fato, a ciência moderna do século XVII tinha um caráter objetivista, na medida em que algo só podia ser considerado um dado de realidade se fosse provado – visão objetivista de realidade. Porém, diferentemente das ideias racionalistas e subjetivistas, para a Visão Objetivista ou Representacional de Linguagem, a realidade existe independentemente da consciência. Segundo a Filosofia Analítica e o Positivismo Lógico a ciência exige uma validade universal e objetiva vindo na lógica a forma de fundamentar as teorias, independentemente de atos mentais.

Outra ideia importante, que vai ao encontro da Visão Objetivista de Linguagem, é a Teoria da Evolução e a Seleção Natural de Charles Darwin (1809 – 1882). Para este naturalista existia uma realidade em si independente do sujeito e da linguagem e que se expressava perfeitamente na biologia. De acordo com a teoria de Darwin os seres humanos evoluíam a partir de um ancestral comum. Nossas características, físicas e comportamentais, eram transmitidas de geração para geração e os mais bem adaptados ao meio geravam mais descendentes. Ele observou que todas as espécies sofriam variações por mutações e recombinações genéticas que eram mantidas ou descartadas pela seleção natural. Quando mantidas, por favorecerem a sobrevivência e reprodução da espécie, estas mudanças eram transmitidas aos descendentes hereditariamente e se tornavam mais comuns nas gerações posteriores. As transformações desfavoráveis e pouco adaptáveis tornavam-se mais raras e podiam até mesmo desaparecer nas futuras gerações.

Para Darwin (2009), a própria expressão das emoções era fruto de um processo evolutivo que se consolidava com o tempo. Tanto os homens quanto os animais expressariam suas emoções da mesma maneira, o que confirmaria a descendência do homem de um ancestral comum.

Admitir que padrões comportamentais têm evolução exatamente igual à dos órgãos leva ao reconhecimento de outro fato: eles também têm o mesmo tipo de transmissão hereditária. Em outras palavras, a adaptação dos padrões comportamentais de um organismo ao seu meio se dá exatamente da mesma maneira que a de seus órgãos, isto é, mediante as informações que a espécie acumulou, ao longo da evolução, pelo antiquíssimo método da seleção e mutação. Isso se aplica não só a padrões relativamente rígidos de forma e comportamento, mas também aos complicados mecanismos de modificação adaptativa, entre os quais estão aqueles geralmente incluídos na concepção de aprendizado (LORENZ, 2009, p. 10).

Segundo Lorenz (2009), Darwin foi considerado o “santo padroeiro” da Etologia, ciência que estuda os comportamentos inatos nas diversas espécies em ambiente natural, criada no século XX por Konrad Lorenz e Niko Tinbergen.

Baseada na teoria da evolução, a Etologia mostra que o bipedismo foi resultado de mudanças genéticas que possibilitaram um modo de locomoção mais eficiente para a sobrevivência. Porém, a marcha bípede contou com transformações significativas da anatomia, como a redução da pélvis e do tórax, para que esta forma de locomoção fosse possível. Como resultado, o tempo gestacional das crias de seres bípedes, como os seres humanos, foi reduzido, visto

que com um tempo gestacional maior o bebê não conseguiria passar pela bacia materna, resultando na morte da mãe e do filho (TONI, SALVO, MARINS & WEBER, 2004). Desse modo, o bebê seria prematuro e conseqüentemente mais frágil, resultando na origem do apego nas relações parentais, assim como no desenvolvimento da instituição familiar. Em função dessa fragilidade eram necessários maiores cuidados parentais para garantir a sobrevivência da criança – “o investimento parental se tornava fundamental para o sucesso da espécie” (p. 101). Além disso, para assegurar a atração da mãe pelo filho e seu cuidado com a criança, os estudos etológicos apontam a presença de uma neotenia, isto é, os bebês apresentariam por mais tempo as formas do início de seu desenvolvimento, ou seja, jovens e mais delicadas, que favoreceriam os sentimentos maternos ternos e protetores. No mais, o leite fraco da mãe exigiria uma amamentação contínua e sua relação constante com o bebê seria responsável pela formação do vínculo afetivo.

Toni *et al.* (2004) argumentam que, embora outras teorias, como a psicanálise, discutam que a origem do amor maternal esteja no vínculo afetivo entre mãe e bebê, instaurado pela satisfação da amamentação ou pelo alívio do desconforto, ela não coincide com a etologia. Para estes pesquisadores, o apego se faz presente nesta relação independentemente de recompensas e a “contínua interação entre o apego e o investimento parental que deu origem ao amor entre pais e filhos” (p. 103).

Para a Visão Objetivista de Linguagem o amor materno seria um objeto natural, uma realidade em si, representada pela linguagem. Para as linhas de pensamento que advogam esta ideia, como as teorias inatistas que concebem o amor materno como um instinto, este teria um caráter universal, isto é, estaria presente em todas as mulheres, e manifestar-se-ia no momento em que estas se tornassem mães. Como mostra Mello (2008):

O amor materno, por muito tempo, foi concebido como algo instintivo. Afirmava-se que a maternagem é uma característica universal feminina, fazendo-a parecer com um sentimento inato que todas as mulheres vivenciarão, independentemente da cultura ou da condição socio-econômica. Dessa forma, se considerarmos apenas os aspectos biológicos, o amor materno era considerado como preconcebido, pré-formado, esperando-se só a ocasião para exercê-lo (p. 2).

No entanto, são frequentes casos de mães que maltratam os filhos, os abandonam e até mesmo os matam, fatos que parecem contestar as ideias

objetivistas sobre o amor materno. Se nesta visão, que tem caráter natural e universal, a realidade é simplesmente representada pela linguagem, como explicar que ele se manifeste em algumas mulheres e em outras não?

Um dado bastante interessante e facilmente observável é que nos casos de agressão, violência, maus-tratos e negligência por parte de mães tais atitudes são comumente justificadas por desequilíbrio mental, pobreza, desespero e outros artifícios que atribuem estes comportamentos a uma insanidade, mantendo desta forma a concepção objetivista de amor materno, isto porque, se o instinto materno se faz presente em toda mulher,

[...] confirmaria que a mulher já nasce com uma bagagem de sentimentos, atitudes pré-aprendidas e outras capacidades necessárias de maternar. [...] Tais pré-requisitos teriam mais voz do que outros sentimentos e atitudes, que uma mulher aprende a partir das experiências de relacionamento [...] (SOUZA, 2010, p. 19).

No artigo de Vomero (2001) apresentando estudiosos que discorrem sobre o amor materno, a sociobióloga Hrdy afirma que as mães não amam seus filhos instintivamente e nem mesmo possuem um amor incondicional fundamentado numa base biológica. Para Hrdy e Tokumaru, também citada no mesmo artigo, a genética predispõe as mulheres a gerar filhos e deles cuidar, oferecendo condições para o seu crescimento, e a boa relação que pode se estabelecer entre mãe e filho é consequência de um investimento que visa à manutenção da espécie. Para aqueles que defendem a existência de uma predisposição à maternidade, o vínculo afetivo entre mãe e bebê é fundamental para garantir o bom desenvolvimento da criança, mas não é responsável pela constituição e manutenção do amor materno. Como afirma Menezes (2007),

[...] a maternidade, enquanto uma condição biológica, é natural, visto que é da natureza da mulher uma predisposição orgânica para gerar e gestar um bebê, mas o amor materno está longe de ser uma condição inata (p. 24).

No entanto, com base no estatuto da linguagem, a partir do qual se inicia este estudo, existe outra linha de pensamento que investiga como seria a análise dos significados, e que parece indispensável para se pensar sobre o amor materno.

Conforme as considerações expostas até agora, a crítica às ideias da filosofia moderna seguiu duas linhas de raciocínio, presentes na contemporaneidade. A Objetivista ou Representacional, já apresentada, e a

Construtivista ou Pragmática, representada por teorias como a filosofia de Heidegger, o Estruturalismo, e a segunda fase do pensamento de Wittgenstein.

De acordo com a Pragmática, o sentido da linguagem está ligado a sua prática e não a sua descrição. A linguagem é viva, dinâmica e se define pela prática social.

As formulações da linguagem científica são vistas como codificações ou sistematizações que devem ser justificadas para seus respectivos propósitos. [...] há um número indeterminado de linguagens possíveis na interpretação de fenômenos a partir de diferentes pressupostos (lógicos, conceituais, etc.) e de diferentes perspectivas de interesse (COUTINHO, 1996, p. 25).

A crítica central de Wittgenstein (1889 – 1951) à tradição moderna, por exemplo, estava relacionada à noção de linguagem como representação da realidade. Como foi visto, segundo aquela visão, existe uma realidade em si que pode ser conhecida pela razão e então descrita e comunicada ao meio pela linguagem (OLIVEIRA, 2001). Para Wittgenstein o significado de uma palavra estava relacionado ao seu uso de linguagem. Neste sentido, na visão construtivista, é fundamental analisar o contexto para que então possamos apreender o significado de um determinado conceito. O sentido da linguagem está relacionado à sua prática. Segundo o filósofo a estrutura precisa e lógica de linguagem, até então defendida, deu lugar aos *jogos de linguagem*, em que a definição de um construto só pode ser dada a partir de seu contexto.

Se adotamos a noção de jogo de linguagem, o significado não é mais estabelecido pela forma da proposição, nem pelo sentido de seus componentes, nem por sua relação com os fatos, mas pelo uso que fazemos das expressões linguísticas nos diferentes contextos ou situações em que as empregamos. O mesmo tipo de expressão linguística poderá ter, portanto, significados diferentes em diferentes contextos (MARCONDES, 2004, p. 270).

Se o sentido da palavra “fogo”, por exemplo, for procurado no dicionário, serão encontrados inúmeros significados, podendo-se dizer que a palavra está relacionada às chamas produzidas na combustão de matéria inflamáveis. Claro que este conceito é correto, mas não é único. Se uma pessoa grita: “Fogo!”, é bastante plausível concluir que se trata de um grito de alerta, socorro e/ou ajuda para apagar um incêndio. Do mesmo modo, se uma pessoa com um cigarro na mão vai em direção a outra e pronuncia a mesma palavra – “fogo” – certamente se trata da solicitação de um isqueiro ou fósforo para acender o cigarro. Além destes

exemplos, se um homem pronuncia a frase “Esta mulher tem um fogo!”, poderia indicar uma mulher quente e insinuante.

Essa breve demonstração esclarece como um significado só poderá ser dado se houver conhecimento do contexto no qual está inserido, ou seja, seu significado é construído na relação com o meio e não a partir da subjetividade do sujeito. Como afirmava Wittgenstein, o significado não é fixo nem definido, dependendo sempre do uso que fazemos dele (MARCONDES, 1999). Para Lampreia (2010):

Os objetos nunca são dados, mas sempre construídos a partir de diferentes significações atribuídas a eles de forma convencionalizada pelas diferentes práticas sociais. É a visão da indeterminação natural do sentido (p. 123).

O discurso de Elisabeth Badinter em seu livro “*Um amor conquistado: o mito do amor materno*” vai ao encontro do construtivismo na medida em que a autora considera que o vínculo afetivo estabelecido entre mãe e bebê não é natural, mas construído. Ela adverte que o amor materno foi por tanto tempo considerado um instinto que fica difícil compreendê-lo como não fazendo parte da natureza de toda mulher.

A nossos olhos, toda mulher, ao se tornar mãe, encontra em si mesma todas as respostas à sua nova condição. Como se uma atividade pré-formada, automática e necessária esperasse apenas a ocasião de se exercer. Sendo a procriação natural, imaginamos que ao fenômeno biológico e fisiológico da gravidez deva corresponder determinada atitude maternal (BADINTER, 1980, p. 19).

Porém, ao descartar o determinismo biológico do Objetivismo, a ideia de se considerar o amor materno inato e instintivo passa a ser objeto de crítica. Baseada na relação entre mãe e filho e nas transformações ocorridas a partir do século XVIII, a autora mostrou que determinado comportamento, atitudes e valores são resultados de demandas sociais.

Da mesma forma, no início do século XX o sociólogo e antropólogo francês Marcel Mauss, em seu artigo “*L’expression obligatoire des sentiments*” (1921), mostrou, em contraste com Darwin, o quanto a expressão dos sentimentos é resultado de fenômenos sociais. Neste artigo, Mauss fez um estudo sobre as lágrimas e mostrou que todas as expressões possuem uma base social.

[...] toutes sortes d'expressions orales des sentiments qui sont essentiellement, non pas des phénomènes exclusivement psychologiques, ou physiologiques, mais des

phénomènes sociaux, marqués éminemment du signe de la non-spontanéité, et de l'obligation la plus parfaite¹ (MAUSS, 1921, p. 3).

Assim, de acordo com a teoria Construtivista de Linguagem, pode-se entender que o amor materno é uma possível consequência da relação entre mãe e filho e que a forma de amar pode ser variável. Não é possível pre-determinar um sentido único e exato para significar o amor materno e, da mesma forma como construído, também pode ser desconstruído.

Um homem e uma mulher se amam porque o amor deles foi construído. Sendo assim, pode ser demolido. Um fato novo pode acabar com ele. [...] Às vezes, os próprios pais têm um vínculo de amor com um filho e acontece algo em certa altura da vida e esse vínculo é cortado. Os motivos são variados [...]. Entre nós, o amor não é uma coisa inabalável (MALDONADO, 2001).

Como foi exposto, as abordagens apresentadas – objetivista e construtivista – representam diferentes maneiras de se entender esse sentimento. No entanto, fica a pergunta: o amor materno seria um mito ou uma verdade?

Sem dúvida, como resultado do desejo de uma mulher, a presença de um filho, na maioria das vezes, gera sentimentos positivos e prazerosos que estarão presentes na relação da mãe com o filho. Contudo, o modo pelo qual se estabelece essa relação também será resultado do meio, isto é, o contexto também irá fundamentá-la. Dessa forma, as representações do amor materno poderão variar radicalmente em suas concepções.

Autores como Badinter (1980), Ariès (1981), Forna (1999) e outros mostram o quanto a relação maternal apresentou formas diferentes em momentos diferentes. No entanto, chama a atenção como, na sociedade contemporânea, ela se apoia em valores, como por exemplo, o amor incondicional da mãe, que parecem indissociáveis deste papel – uma realidade em si.

A seguir, será feita uma breve apresentação de como o amor materno era concebido em outras épocas e como se deram essas transformações.

¹ Todos os tipos de expressões orais dos sentimentos que são essencialmente, não fenômenos exclusivamente psicológicos, ou fisiológicos, mas fenômenos sociais, marcados eminentemente pelo signo da não-espontaneidade e da obrigação mais perfeita. (tradução nossa)

1.2 Mito ou Verdade?

Na primeira metade do século XX o amor materno parecia ter adquirido um significado fixo e invariável, visto que determinados sentimentos e comportamentos foram atribuídos à maternidade e reconhecidos segundo o modelo representacional de linguagem apresentado. Porém, partindo da premissa de que amor o materno é resultado de uma construção e que esta depende de um contexto, seria incerto dizer se ele deixou de existir em algum momento. Sendo variável e alicerçado no meio, pode variar de uma cultura para outra, assim como de pessoa para pessoa.

Fazendo um resgate da relação entre mães e filhos em séculos anteriores, seria possível afirmar que a concepção de amor materno que vivemos hoje é bastante recente. Alguns autores mostram que na contemporaneidade a maternidade é reconhecida em função de uma série de valores resultantes de um processo histórico e cultural e apontam como era a relação maternal e da infância em séculos passados. Enquanto Badinter (1980) fala do “mito do amor materno” e Forna (1999) aborda a “mãe perfeita”, Ariès (1981) discorre sobre o “sentimento de infância”.

Com base nesses estudos observa-se que o amor foi atribuído à maternidade como um sentimento inseparável da entidade “mãe”, impregnado de mitos e idealizações aos poucos incutidos na mulher. Os resultados gerados com a invenção da maternidade como a conhecemos atualmente, que de acordo com estes autores tem início por volta do século XVIII, vigoram até hoje, trazendo novas concepções do que é ser mãe.

Elisabeth Badinter (1980) mostrou que não é apenas o amor que faz com que a mulher cumpra seus “deveres maternais”. Para ela, os valores sociais, religiosos, econômicos e culturais são variáveis fundamentais para moldar nossos comportamentos e, conseqüentemente, o amor materno. Segundo Badinter, “é em função das necessidades e dos valores dominantes de uma sociedade que se determinam os papéis respectivos do pai, da mãe e do filho” (p. 23). Nesta mesma obra ela tece considerações sobre a condição da criança até o século XVIII e como foram suas transformações ao longo da História.

Conforme os estudos dessa filósofa, a criança era vista como um estorvo, sendo seu nascimento um problema para família, que acreditava tratar-se de algo negativo e corrompido, sem valor. Para a formação de bons adultos, os pais deveriam assumir uma postura na qual o carinho e o afeto deveriam estar ausentes, visto que representavam um comportamento contraproducente para a educação das crianças.

Para Badinter a postura que a mulher assumia era a de negligência em relação aos filhos. Em primeiro lugar, a autora discorre sobre a recusa materna de amamentar, o que acabava sendo feito por amas de leite. Embora essa prática fosse mais comum nas famílias aristocráticas, no século XVIII ela fez parte de todas as camadas da sociedade urbana. Essa recusa tinha justificativas diversas, como não estragar o corpo, o desinteresse pela criança, para não se perder tempo, para não diminuir o desejo do marido pela esposa, entre outras. A taxa de mortalidade infantil era bem alta, principalmente entre os bebês aleitados por amas, e a morte de uma criança não era razão para tanto sofrimento. Alguns estudiosos afirmam que a indiferença da mãe acerca do tratamento do filho seria uma espécie de defesa, já que a mortalidade era grande e o não envolvimento com a criança diminuiria a dor causada pela perda de um filho (BADINTER, 1980; ARIÈS, 1981; FORNA, 1999).

No período em questão, a distância entre a família e os filhos não se resumia ao tempo de amamentação. Ao voltar para a casa, por volta de quatro ou cinco anos de idade, as meninas eram entregues a uma governanta e os meninos eram cuidados por preceptores. Para Badinter (1980), o contato com os pais era insignificante e sem traços afetivos. A partir dos sete ou oito anos de idade os filhos eram entregues a internatos e as filhas a conventos, onde recebiam educação.

A maternidade não tinha um status especial, deveres ou pressupostos especiais. A mulher dava à luz e pronto. Não se presumia que ela fosse amar o filho, a não ser que se resolvesse a amá-lo. Não se esperava sequer que ela cuidasse do bebê. Na verdade, em casos de divórcio na Inglaterra, França e América do Norte, geralmente era o pai que tinha a custódia dos filhos [...]. As mulheres eram consideradas muito amorais, inferiores e fracas para assumir tais responsabilidades (FORNA, 1999, p. 44).

Além disso, a autora aponta o privilégio do filho homem. Enquanto as filhas significavam um gasto para a família, fosse pelo dote pago quando de seu casamento ou pelo sustento daquelas que não se casavam, o primogênito herdava

todos os bens da família, e os filhos mais novos poderiam trabalhar. Além dos bens, o tratamento dado ao herdeiro era diferenciado, sendo comum que fosse amamentado pelas próprias mães.

Como explicar essa preferência materna? Se o amor materno fosse natural, como conceber o fato de se manifestar em relação ao filho herdeiro e não aos outros? Não estaria esse comportamento materno relacionado à herança recebida pelo primogênito? Sem dúvida, este tratamento fazia parte da cultura daquela época e em nada se parece com a relação que as mães têm com seus filhos hoje. Aliás, na atualidade, essa atitude seria vista como uma conduta indigna de uma boa mãe.

Badinter nomeia os três momentos de separação das mães e dos filhos como os “três atos de abandono” e fala sobre a ausência de amor materno. Esse discurso parece coerente, se comparado à concepção de amor materno que temos hoje, mas é possível afirmar que não existia este tipo amor antes do século XVIII? A conduta daquelas mulheres não ia ao encontro da concepção acerca do tratamento das crianças para se formarem adultos bons e saudáveis?

Num estudo sobre a maternidade apresentado por Forna (1999), ela mostra que, de acordo com alguns autores, o “abandono” materno não acontecia apenas em benefício da mulher, mas em favor das próprias crianças.

O leite das aristocratas era considerado fraco e carente de nutrientes em comparação com a dieta saudável oferecida pelas mulheres dos fazendeiros [...] e a cidade era considerada [...] um ambiente carregado de doenças para os bebês. As mulheres acreditavam que mandavam os filhos para longe para o próprio bem deles (1999, p. 40).

De acordo com um texto de J. L. Vivès, do século XV, citado por Badinter (1980), as mulheres eram incentivadas a evitar suas atitudes de ternura, visto que este sentimento poderia fazer com que os adolescentes tivessem vícios. Dessa forma, para garantir a formação de bons filhos, a mãe deveria incitá-los pelo temor, admoestações, castigos e prantos.

Conforme esses argumentos, é possível considerar que as mães seguiam a cultura daquela época e as normas impostas pela sociedade, o que, sem dúvida, tinha um propósito. A educação era voltada para a formação de bons adultos e não havia uma preocupação com o afeto. Assim, seria delicado afirmar que o amor materno não existia antes do século XVIII, mas plausível concluir que sua representação seguia outros critérios. Vale sublinhar que do mesmo modo como

não seria adequado assegurar a inexistência do amor materno em algum momento da História tampouco seria possível datar o seu início. O fato é que desde antes de Cristo relatos já mostravam sua presença. A “Sentença de Salomão”, por exemplo, passagem bíblica que relata a renúncia de uma mãe em ficar com o filho com o objetivo de mantê-lo vivo, é prova da existência deste sentimento. Contudo, a cultura e as diferentes épocas são determinantes para modelar a relação de amor da mãe para com o filho.

Philippe Ariès foi um historiador que, assim como Badinter, explorou as transformações que ocorreram na estrutura familiar a partir do século XVIII. Utilizando-se da iconografia, apontou em seu livro “*A História Social da criança e da família*” (1981) que o sentimento de infância era inexistente. As crianças eram representadas como pequenos adultos, e assim também eram educadas; e da mesma forma como roupas, brincadeiras e conversas não eram diferenciadas daquelas dos adultos, os mimos maternos tampouco existiam na relação maternal.

Assim como Ariès, Flandrin (1988) versa sobre a ausência do sentimento de infância argumentado que:

Na vida cotidiana, as crianças vivem com os adultos uma vida de adultos: mesmos jogos, até o século XVII pelo menos; mesma vida profissional, pois que de alto a baixo da escala social as crianças se formam por aprendizagem. A escola, aprendizagem para os clérigos, não distingue classe de idade: os escolares de dez anos são misturados aos adultos (p. 167).

Embora os trabalhos de Ariès sejam constantemente analisados e utilizados em pesquisas contemporâneas, vale destacar que, segundo Sussman, Steinmetz e Peterson (1999), outras linhas de pensamento advogam uma diferente maneira de entender a infância. Para teóricos como Ariès, o conceito e o sentimento de infância surgem após uma importante mudança na atitude parental, sendo esta teoria embasada por fontes como a iconografia.

For many scholars, Ariès [...] opened the field of history of childhood. His work, which electrified family historians with its innovative use of sources, especially art, asserts that preindustrial children were viewed as miniature adults, not as persons at a special stage in life with special needs² (SUSSMAN, STEINMETZ & PETERSON, 1999, p. 24).

² Para muitos estudiosos, Ariès [...] abriu o campo da história da infância. Seu trabalho, que instigou os historiadores da família com sua utilização inovadora de fontes, especialmente a arte, afirma que as crianças pré-industriais eram vistas como adultos em miniatura e não como pessoas numa fase especial da vida, com necessidades especiais. (tradução nossa)

Contudo, para pesquisadores como Linda Pollock (1983), o conceito de infância já existia antes da era pré-industrial. Para a autora, o material de análise – como a arte – usado por teóricos como Ariès camuflava a realidade. Por meio da análise de diários e autobiografias, Pollock não encontrou elementos que assegurassem a teoria do historiador.

Porém, mesmo considerando que o sentimento de infância sempre tenha existido, o que entendemos por amor materno nos dias de hoje em nada se assemelha ao conceito do século XVII. Com base nos estudos de Forna (1999), o mito da maternidade, que descreve Badinter, é o mesmo que instituiu a “mãe perfeita”.

Ela deve ser completamente devotada não só aos filhos, mas a seu papel de mãe. Deve ser a mãe que compreende os filhos, que dá amor total e, o que é mais importante, que se entrega totalmente. Deve ser capaz de enormes sacrifícios. Deve ser fértil e ter instinto maternal [...]. Acreditamos que ela é a melhor, e a única capaz de cuidar corretamente dos filhos [...] (p. 11).

Conforme os estudos de Badinter (1980), a partir de 1760 a imagem da mãe e sua importância nos cuidados com os filhos passaram a ser valorizadas e o amor materno foi exaltado como um valor natural e social indispensável para a sociedade.

Após 1760, abundam as publicações que recomendam às mães cuidar pessoalmente dos filhos e lhes “ordenam” amamentá-los. Elas impõem à mulher a obrigação de ser mãe antes de tudo, e engendam o mito que continuará bem vivo duzentos anos mais tarde: o do instinto materno, ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho (BADINTER, 1980, p. 121).

A partir de então, o sentimento de infância descrito por Ariès também se presentifica, ajudando nas transformações que estavam por acontecer.

O que causou essa mudança na mentalidade feminina? O que se observa é que, embora os novos ideais tenham alterado principalmente o comportamento materno, essa mudança decorreu em função de demandas sociais.

Badinter apresenta três discursos que justificam essa transformação. O primeiro deles é um discurso econômico no qual a criança passa a ter valor mercantil. No final do século XVIII acreditava-se numa diminuição demográfica que poderia ser problemática para os países. A tomada de consciência da diminuição populacional redundaria numa diminuição de riquezas, visto que pouca mão de obra resultaria numa menor produção. Ao mesmo tempo, a taxa de

mortalidade infantil era alta, principalmente pelo fato de os bebês serem entregues às amas de leite. Logo, era necessário reverter esse quadro.

Um segundo discurso difundiu ideias que, em maior ou menor escala, contribuíram para a propagação do amor. Era a filosofia da igualdade e da felicidade. O primeiro era sedutor para as mulheres na medida em que lhes concedia valor, direitos e certa autonomia – a felicidade passava a ser defendida como condição essencial à vida. O conceito de igualdade exigiu um novo tratamento para as crianças, considerando suas necessidades; a felicidade deixava de ser individual e passava a ter um valor coletivo, sendo a família o âmbito perfeito para que ela se estabelecesse e propagasse.

Um terceiro discurso veio reverenciar, ou manipular, as mulheres no que tange à responsabilidade com relação à maternidade. De um lado, muitos eram os atrativos da maternidade. A mulher era venerada pela sua importância nos cuidados e educação da criança com o argumento, inclusive, de ser uma vontade da natureza. Por outro lado, ameaças de ordem religiosa ou ordem médica – que decretavam os perigos do não aleitamento – eram feitas para que a mãe assumisse esse encargo. Embora seja possível citar diversas publicações a este respeito, uma delas foi crucial para essa transformação.

Na segunda metade do século XVIII, Jean-Jacques Rousseau escreveu o romance “*Emílio ou Da Educação*”. Acreditando na bondade natural do homem e que a corrupção era fruto da sociedade, Rousseau desenvolve, em seu romance, um sistema educativo apresentando meios para que o homem bom pudesse conviver na sociedade corrupta e tornar-se um cidadão ideal.

Ao contrário da mentalidade dos séculos anteriores, Rousseau via a criança com outros olhos: ela era boa, frágil e deveria ser preparada com cuidados essenciais para viver em sociedade. Porém, a educação de meninos e meninas deveria ser diferente. Enquanto o menino deveria ser educado para os saberes científicos, a menina seria destinada ao casamento e à maternidade. Como mostra Forna (1999), foi Rousseau quem estabeleceu a ligação da maternidade com a moralidade.

Rousseau defendia a criança e apresentava uma outra forma de educá-la, ao mesmo tempo em que estabelecia um novo lugar para a mulher. Segundo o filósofo, a mulher, fraca e passiva, deveria ser submissa ao homem e preparada

para cuidar dos filhos. A maternidade, que passava a ser vista como natural, incumbia a mulher da educação dos seus, além de amamentá-los e tratá-los com carinho e zelo. Visto que se tratava de uma força da natureza, ela deveria estar pronta para cumprir este papel, abrindo mão de tudo a fim de sacrificar-se pelos filhos. A partir de então o amor da mãe começou a ser associado ao sacrifício, embora para Rousseau o devotamento materno garantisse a felicidade. Além disso, depois de ser nomeada aquela que melhor sabe cuidar dos filhos, a mulher conquista certo valor. Com esta posição prestigiosa e insubstituível, grande parte das mulheres passou a viver a maternidade com orgulho e felicidade.

É importante ressaltar que, apesar de as razões apresentadas por Badinter serem bastante fortes, não foram apenas esses argumentos que influenciaram a mudança da mentalidade feminina. O amor romântico, que teve início no século XVIII, passou a interferir nas relações conjugais. Os laços matrimoniais deixaram de ser fundamentados apenas em aspectos socioeconômicos e passaram a ser investidos de amor e alicerçados na procura por uma pessoa especial. Visto que a relação passou a se embasar no afeto, era presumível que este passasse a permear não apenas o casal, mas a família.

O cenário estava pronto! A maternidade já fazia parte da natureza da mulher e, no final do século XVIII e início do XIX, era possível notar a diferença no tratamento das mães e em sua satisfação em cumprir suas tarefas. O aleitamento, os cuidados com a higiene, a presença, a educação e o sacrifício fizeram da mãe negligente de Badinter um protótipo do que seria a “mãe perfeita” e ideal dos nossos tempos.

Nesse momento é importante voltar à pergunta que nos levou a essa discussão: o amor materno seria uma verdade ou um mito?

O que podemos afirmar é que o sentimento materno é real, mas moldado pelos princípios da época. Não há como apenas naturalizá-lo, muito menos universalizá-lo. O amor materno, assim como outros comportamentos, é, provavelmente, apenas resultado do que fazemos com ele.

1.3 Uma Nova Responsabilidade

As ideias sobre a nova concepção de maternidade que surgiram no século XVIII ganharam força e foram sedimentando-se nos séculos posteriores. Contudo, a partir do século XX outros discursos, como o da psicanálise e o das ciências, por exemplo, fortaleceram os conceitos de devotamento e sacrifício atribuídos à mãe (BADINTER, 1980; FORNA, 1999; SOUZA, 2001; MELLO, 2008).

O amor materno, que no final do século XVIII foi apoiando-se em determinados valores, virou obrigatoriedade. Não se podiam aceitar mães que não desempenhassem seu papel de acordo com o que fora estabelecido – estas eram as mães más, negligentes e egoístas.

Ainda que veladamente, a maternidade acabou se transformando num movimento opressor e gerador de culpa. Se nos séculos XVIII e XIX a tarefa do aleitamento, os cuidados, a educação, o devotamento e a felicidade dos filhos foram delegados às mães, no século XX, estas foram transformadas nas responsáveis pelo bem-estar da criança e por seu desenvolvimento psíquico saudável. A maternidade passou a seguir um manual de instruções a respeito de como ser mãe – e ainda que fosse, por grande parte dos teóricos, defendida como natural, não eram mais as mães que possuíam o conhecimento sobre como tratar os filhos, mas os especialistas. Seguir estas normas era o mesmo que expressar o amor pelos filhos.

Logo no início do século XX a teoria freudiana ajudou a difundir a ideia de que nossos comportamentos resultam de experiências infantis. Desse modo, uma mãe que trata seu filho inadequadamente vai gerar filhos com problemas. Além disso, no caso de filhas, a questão é ainda maior, já que esta poderá reproduzir o mesmo comportamento insatisfatório com seus filhos. No entanto, a postulação de Freud que mais contribuiu para fazer com que a mulher ocupasse lugar central na família foi a descoberta, por parte da menina, de sua castração.

Para Freud (1931), todos nós passamos pelo Complexo de Édipo – fenômeno a partir do qual sentimentos opostos de amor e ódio despertam na criança – para que possamos dar sequência ao nosso desenvolvimento. Assim, quando a menina se dá conta de sua castração ela percebe a superioridade dos homens e sua inferioridade em relação a eles. Revoltada com essa situação, ela

pode seguir três caminhos. Em um deles, ela se inibe sexualmente, frustrada com seu clitóris; num segundo caminho, vive a fantasia de um dia possuir um pênis e insiste em sua masculinidade, o que pode levar à homossexualidade. No entanto, apenas por uma terceira via ela vai desenvolver uma feminilidade normal. Para isso, ela toma o pai como objeto de amor, o que seria a forma feminina do Complexo de Édipo. Entretanto, existe uma compensação: a renúncia do pênis é deslocada para o desejo de se ter um bebê (FREUD, 1924). Segundo Zornig (2008), “a maternidade, segundo a teoria freudiana, é a via privilegiada de acesso da mulher ao feminino” (p. 34). Se o desejo pela maternidade era a forma de se alcançar uma feminilidade normal, a mulher acabou sendo encarcerada na função materna.

Várias foram as pressões sobre a maternidade. Ainda nas primeiras décadas do século XX, o neozelandês *Sir Frederic Truby King* influenciou muitas gerações de mães (KING, 1948). Após um estudo no qual descobriu que o leite de vaca, em comparação ao humano, carecia de algumas propriedades, defendeu a importância da amamentação no seio, inclusive para reduzir a mortalidade infantil.

Os métodos pregados pelo médico eram bastante rígidos. Os bebês deveriam ser amamentados a cada quatro horas e nunca em outro momento, independentemente de apresentarem qualquer tipo de desconforto. Além disso, o contato físico para demonstração de afeto deveria ser rigorosamente evitado a fim de impedir a transmissão de germes. Truby King não acreditava no instinto materno e achava que a mulher deveria ser preparada para ser mãe, que julgava ignorante e sem disciplina. Mesmo após sua morte, em 1938, a “educação Truby King” continuou a exercer grande influência, entrando em declínio apenas na década de 1950.

Apresentando modelos bem diferentes de Truby King, as décadas de 1940 e 1950 contaram com dois grandes nomes, John Bowlby e Donald Winnicott, cujas teorias foram fundamentais para modelar o que em nosso século seria considerado uma “boa mãe”.

No início dos anos 1940, a crise que o mundo atravessava, modificou novamente a relação maternal. Com a Segunda Guerra Mundial, que teve início em 1939, os homens foram recrutados, enquanto as mulheres passaram a trabalhar para suprir as demandas de cada país, assim como as necessidades de casa. Para

que isso fosse possível, o Estado se encarregou da abertura de creches e escolas maternas para que as mulheres pudessem sair de casa a fim de trabalhar. Foi neste cenário que Bowlby iniciou seus estudos sobre os laços afetivos entre mãe e filho e a vinculação instintual (FORNA, 1999).

Para Bowlby (1953), a saúde mental da criança estava associada a uma relação afetiva entre mãe e filho na qual ambos encontrassem satisfação e felicidade. Para que esta relação fosse possível e satisfatória, a presença materna, em tempo integral, era essencial. A privação materna poderia gerar consequências como distúrbios emocionais e psicológicos, e o vínculo entre mãe e filho era resultado desta constante interação. Embora Bowlby acreditasse que este vínculo fosse um instinto, ele defendia que a interação entre o bebê e a mãe seria favorecida neste processo.

Segundo Forna (1999), inspirado pela Etologia, o autor concluiu a partir de alguns fenômenos, como o *imprinting*, que a relação entre a mãe e bebê era natural e instintiva. Entretanto, vale salientar que, de acordo com os estudos etológicos, o *imprinting*³ não acontece com os humanos, pois estes nascem com o cérebro ainda imaturo e não operacional. Não tendo desenvolvido sentidos e ações, o bebê não estaria pronto para estabelecer uma ligação social a partir do primeiro objeto que vê no ambiente. Para os etólogos, apenas pelo contato e pelos cuidados da mãe com o bebê estabelecer-se-á o vínculo entre os dois (CARDOSO & SABBATINI, 2002).

Com base nas teorias de Bowlby, parte das creches e escolas maternas abertas durante a guerra foi fechada no início da década de 1950. Além disso, ele defendia que mulheres com filhos pequenos não deveriam trabalhar fora de casa, pois isso poderia prejudicar seus bebês.

Muitos foram os discípulos de Bowlby, assim como muitos foram os especialistas que o criticaram. O fato é que sua teoria contou com milhares de seguidores até as últimas décadas do século XX. Na década de 1950, à semelhança de John Bowlby, Winnicott defendia que a mãe deveria ficar com o bebê em tempo integral, principalmente em seus primeiros anos. Qualquer

³ O *imprinting* é o fenômeno que acontece com alguns animais, principalmente com aves. Ao sair dos ovos, os animais seguirão o primeiro objeto que veem, criando uma ligação social entre estes dois. Estudos mostram que estes filhotes podem receber o *imprinting* não apenas de suas mães, mas de animais de outras espécies, seres humanos e até mesmo objetos inanimados.

comportamento diferente disso seria uma negligência e totalmente avesso ao que exigia a natureza (FORNA, 1999). É importante destacar que, ao contrário de Truby King, estes dois teóricos valorizavam a relação de afeto entre mãe e bebê.

Criador do conceito de “mãe suficientemente boa”, Winnicott (1965) acreditava que a maternidade fazia parte da natureza e que a mulher estava apta para a função. No entanto, também advogava que, caso a mãe não fosse suficientemente boa, poderia causar na criança um bloqueio emocional e distúrbios psicológicos.

Segundo o autor, a “mãe suficientemente boa” se identifica com o bebê e, desse modo, se volta para suas necessidades. Ela protege a criança e se devota a seus cuidados.

Muitos foram os especialistas que se dedicaram ao estudo do amor materno e à maternidade. O que podemos constatar como elemento comum à maioria destes estudos é a indiferença em relação aos anseios da mulher e a centralização na criança. Como mostra Forna (1999):

A maternidade se transformou num processo rígido, carregado de normas, governado por dogmas produzidos por supostos especialistas, cuja visão é sempre formulada em termos do que é melhor para o bebê, situando-os acima de polêmicas (FORNA, 1999).

Sem dúvida, todas essas transformações a respeito da maternidade e do amor materno geraram consequências. Muitas mulheres se orgulhavam da dedicação ao filho e pelo fato de desempenharem o papel da mãe ideal. Também podiam se gabar de serem as únicas capazes de assumir tal função. Porém, em outras mulheres foi criado um sentimento de culpa e mal-estar.

E quanto às mães que fracassavam em seu exercício? Sim! Porque era assim que essas mulheres eram vistas – como fracassadas. Se elas não fossem ideais, perfeitas ou suficientemente boas, eram condenadas por sua incompetência. “Quer o filho morra, quer se torne um criminoso, sabe-se agora a quem colocar no banco dos réus” (BADINTER, 1980, p. 227). Aquelas que não seguissem as normas a respeito de como ser uma boa mãe simplesmente não amavam seus filhos.

A falta de amor é, portanto, considerada como um crime imperdoável que não pode ser remido por nenhuma virtude. A mãe que experimenta tal sentimento é excluída da humanidade, pois perdeu sua especificidade feminina. Meio monstro, meio criminosa, tal mulher é o que poderíamos chamar de “erro da natureza” (p. 229).

Contudo, outros fatores contribuíram para que essas ideias se propagassem e arraigassem. Após a Segunda Guerra Mundial, o capitalismo já era o regime da maioria dos países ocidentais. Especificamente no Brasil, a economia apresentou, desde seu período colonial, bases capitalistas, sendo este poder consolidado a partir do desenvolvimento industrial (final do século XIX e início do XX). Este regime tinha como alguns de seus princípios a concepção conservadora de casamento e uma moral tradicional, pois via a família como um alicerce para sua manutenção e desenvolvimento. O poder, prestígio e a prosperidade de um país dependiam da população e de forças morais, e a família era geradora de ambas. “A família é a maior base da política demográfica e ao mesmo tempo a fonte das mais elevadas inspirações de estímulos morais” (SCHWARTZMAN, 1980, p. 2).

A redução da natalidade era um problema para as nações. Assim como constatado no século XVIII, a família era importante para o crescimento demográfico dos países e, conseqüentemente, o aumento de suas riquezas. Dessa forma, o incentivo ao casamento e à maternidade era uma maneira de garantir o aumento da população. Leis como a proibição do aborto e o fomento a que as mulheres não trabalhassem fora do lar, foram estímulos que asseguravam estes objetivos.

Pode-se observar que essa multiplicidade de conceitos não seria tão oscilante e nem tão impactante se não fosse por seus diferentes contextos. A nosso ver, por ser fruto de uma construção, o amor materno vem sofrendo inúmeras variações, embora as ideias objetivistas ainda façam parte do senso comum. Assim, ainda hoje, discutir sobre o amor materno é desafiador e encará-lo como uma obrigatoriedade pode ser uma ameaça. Contudo, na segunda metade do século XX, conquistas femininas foram essenciais para causar uma profunda mudança na relação entre a maternidade e a feminilidade.

No próximo capítulo discutiremos essas transformações dando ênfase especial a um novo modelo familiar que a cada dia vem aumentando: casais que optaram por não ter filhos.

2. A Escolha Por Não Ter Filhos

*“O filho não é um direito nem uma necessidade.
Ele é simplesmente... uma possibilidade.”
(Corinne Maier)*

Na contemporaneidade, tem aumentado o número de casais que optam por não ter filhos. Após a revolução sexual, na qual o sexo foi dissociado da procriação e do casamento e ter filhos deixou de ser algo visto como o que define a feminilidade, muitas foram as transformações no ambiente familiar, especialmente no que diz respeito ao papel da mulher.

A era pós-moderna viu florescer os novos arranjos familiares e o respeito da sociedade à alteridade. No entanto, ainda que, na atualidade, seja possível conviver com as diferenças, muitos são os entraves que dificultam sua naturalização. Como bem define Rios e Gomes (2009a):

Essa convivência nem sempre é pacífica, já que a aceitação de algo novo diante do instituído promove sempre uma ‘mobilização’ no *status quo*, podendo gerar sentimentos ambivalentes e conflitantes (p. 313).

Desse modo, pode-se observar que este novo projeto – a escolha por não ter filhos – vem sendo atravessado pelas representações vigentes da maternidade, gerando estigmatização por parte daqueles que criticam esse comportamento, assim como uma rejeição à maternidade.

Nesse capítulo, discorreremos sobre a emancipação feminina, apontando algumas das consequências que foram cruciais para estabelecer esse novo modelo familiar; discutiremos as representações da maternidade e faremos uma apresentação sobre o tema que estimulou o desenvolvimento desse trabalho: a opção por não ter filhos e o amor materno.

2.1 Maternidade e Feminilidade

No fim da primeira metade do século XX a maternidade já apresentava um novo formato e o amor materno se apoiava em valores bem diferentes daquelas do século XVII. Após um bombardeio de teorias formuladas e defendidas por especialistas, a faculdade de ser mãe passou a ser determinada por critérios. O

devotamento materno e sua presença constante eram alguns dos requisitos essenciais para gerar um filho saudável. O desejo da mulher deveria consistir em atender aos desejos dos filhos, e sua felicidade seria consequência destes atos.

De certo modo, essa nova concepção de maternidade foi benéfica para a mulher, uma vez que esta vivia sob o poder patriarcal e sua voz não tinha alcance em nenhuma esfera. Contudo, a partir do momento em que o lar passou a ser um ambiente distinto daquele do trabalho, no século XIX, a casa assumiu um novo valor, tornando-se um local onde se esperava apoio emocional (GIDDENS, 1993). Com esta separação (lar/trabalho), o poder patriarcal começou a perder sua força, e no momento em que a mulher foi eleita a única capaz de promover o bem-estar da criança e nomeada responsável pela educação e socialização dos filhos, ela passou a ter um valor dentro da família. Porém, como mostra Jablonski (1998), a “domesticidade [...] fez da mulher uma espécie de rainha do lar, santa e... prisioneira. Senhora do lar, penhor da estabilidade familiar, mas encurralada em seu próprio refúgio” (p. 146).

Na segunda metade do século XX novas transformações ocorreram e, mais uma vez, a maternidade virou tema de discussão. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, ainda na primeira metade desse século, a presença feminina começou a ser valorizada no mercado de trabalho, uma vez que era necessário liberar mão de obra masculina para a guerra. Essa valorização durou pouco tempo; com o fim da batalha, a aceleração da industrialização e o retorno do homem ao seu posto, a ideologia da “rainha do lar” tornou a ganhar força: as mulheres deveriam largar seus empregos e voltar para casa. Como mostrou Simone de Beauvoir (1980):

Uma das consequências da Revolução Industrial é a participação da mulher no trabalho produtor: nesse momento as reivindicações feministas saem do terreno teórico, encontram fundamentos econômicos. Embora os bens de raiz se achem em parte abalados, a burguesia apegase à velha moral que vê, na solidez da família, a garantia da propriedade privada: exige a presença da mulher no lar tanto mais vigorosamente quanto sua participação torna-se uma verdadeira ameaça (p. 17).

Nos Estados Unidos, por exemplo, o Estado incentivou o retorno da mulher para seu lar e o aumento das famílias, gerando, *a posteriori*, a ocorrência do *baby-boom*, na tentativa de desarticular as reivindicações feministas (SOUZA & FERREIRA, 2005).

Evidentemente, muitas mulheres já trabalhavam e continuaram trabalhando – fosse para complementar o salário dos maridos ou conquistar novos espaços –, embora sofressem grande marginalização. Em verdade, em toda a História a mulher esteve sempre submetida ao homem e em busca de alguns direitos políticos e trabalhistas, mas apenas no século XIX pode-se de fato falar numa Revolução Feminista, na qual as mulheres levantaram bandeiras na tentativa de conquistar igualdade frente aos homens.

Ao longo do século XIX, o feminismo foi se estruturando enquanto movimento, na medida em que as diferenças de tratamento entre o homem e a mulher, no mercado de trabalho e no conjunto da sociedade, foram se tornando mais e mais evidentes. Além dos salários menores que as mulheres recebiam, era flagrante sua marginalização dos processos decisórios, nos locais de trabalho, nos sindicatos e nos partidos políticos (GOLDENBERG & TOSCANO, 1992, p.19).

Em 1949, Simone de Beauvoir revolucionou aquele momento histórico com o livro “*O segundo sexo*”, no qual retratou a condição da mulher nos planos social, político, psicológico e sexual, lutando não mais apenas para combater as desigualdades sociais, mas as raízes culturais dessa desigualdade. Para Beauvoir a mulher sempre foi escrava do homem. Com sua narrativa, em que define a posição na qual se encontrava a mulher, ela foi uma das grandes responsáveis por excitar os ânimos das feministas em sua luta e a contestar o determinismo biológico que reservava às mulheres a função materna. Como mostra Scavone,

A crítica feminista considerava a experiência da maternidade como um elemento chave para explicar a dominação de um sexo sobre o outro: o lugar das mulheres na reprodução biológica – gestação, parto, amamentação e consequentes cuidados com a criança – determinava a ausência das mulheres no espaço público, confinando-as ao espaço privado e à dominação masculina (2001a, p. 138).

Após a publicação de Beauvoir muitos outros trabalhos foram marcantes influências para o movimento feminista. A “*Mística feminina*”, da americana Betty Friedan (1963), trata do “mal que não tem nome”. Segundo a autora, na década de 1950, após o *baby-boom*, a vida de suas compatriotas se resumia aos trabalhos domésticos, ao marido e aos filhos. Ela apontou que todos os artigos de jornais e revistas, assim como as teorias dos especialistas, mostravam que o papel da mulher era realizar-se como esposa e mãe. Dados da autora indicam que no fim da década de 1950 as mulheres passaram a se casar cada vez mais jovens. O nível universitário teve uma baixa de 12% entre 1920 e 1958; se um século antes as mulheres lutavam por obter uma educação superior, agora buscavam as faculdades

para arranjar maridos. O alto nível de cultura de uma mulher também não era bem-vindo e dificultava os casamentos; com isso, em meados da década de 1950 60% das universitárias haviam abandonado os estudos, fosse para casar ou propiciar o matrimônio.

O “mal que não tem nome” estava associado à insatisfação das americanas que viviam sob o jugo da família tradicional conservadora. Baseada em depoimentos de mulheres, Friedan observou uma enorme frustração, que ia de encontro ao que deveria ser a razão da felicidade da mulher, ou seja, o cuidado da casa, do marido e dos filhos. A feminilidade da mulher estava relacionada à sua capacidade de reprodução – e esta, por sua vez, estava vinculada à felicidade. Conseqüentemente, houve um aumento marcante da taxa de natalidade. Para Alves e Pitanguy (2003), “a cultura enfatiza e supervaloriza a função de reprodução, que passa a se confundir com a própria essência do ‘ser mulher’” (p. 59).

Se até então as feministas pleiteavam a igualdade política e social em relação aos homens, a partir da segunda metade da década de 1950 elas passaram a contestar a naturalização da inferioridade da mulher com base em fatores biológicos.

Estes problemas não podem ser resolvidos pela medicina e nem mesmo pela psicoterapia. Precisamos de uma drástica reformulação da imagem cultural da feminilidade, que permita à mulher alcançar a verdadeira maturidade, a plenitude pessoal, sem conflitos e com realização sexual (FRIEDAN, 1971, p. 310).

O acontecimento que mais colaborou para a emancipação feminina e a dissociação da mulher de sua capacidade de procriação foi a criação da pílula anticoncepcional, aprovada em 1960 pela FDA (Food and Drugs Administration), órgão dos Estados Unidos responsável pela análise de alimentos e medicamentos. A partir de então, a mulher deixou de ser definida pela maternidade, e sua sexualidade desvinculou-se da reprodução. Ela podia não só controlar o número de filhos, mas escolher se queria ou não ser mãe.

Nos anos posteriores, as conquistas femininas se multiplicaram. Aos poucos as mulheres conquistaram o mercado de trabalho, independência econômica, participação na vida pública, direitos políticos, trabalhistas e civis, alcançando o mesmo status de igualdade que os homens possuíam. Mas de que igualdade estamos falando?

Na atualidade as mulheres ocupam cargos outrora exercidos apenas por homens. No Brasil, por exemplo, na última eleição (2010) escolheu-se uma mulher como presidente dessa nação! No entanto, pode-se observar que muitas diferenças ainda se definem pelo gênero. Em pesquisa realizada com mulheres cariocas das camadas médias, e a exemplo de muitos outros estudos (THOMPSON & WALKER, 1995; BIANCHI, MILKIE, SAYER & ROBINSON, 2000; COLTRANE, 2000; SAYER, PHILIP & CASPER, 2004; ARAÚJO & SCAFLON, 2005; AMATO, BOOTH, JOHNSON & ROGERS, 2007; JABLONSKI, 2010), Rocha-Coutinho (2009) constatou que, mesmo após inúmeras conquistas, as mulheres ainda se veem responsáveis pelos trabalhos de casa e dos filhos, ainda que o casamento ideal seja descrito como igualitário no que diz respeito à educação dos filhos, ao lar e seu provimento. Assim, para aquelas que trabalham fora de casa, a chegada de uma criança pode afetar consideravelmente a vida profissional, visto que assumem dois papéis: a mulher e de mãe.

Alguns valores parecem indissolúveis e mesmo após os acontecimentos das últimas décadas muitas alterações são basicamente da ordem do discurso. Como bem aponta Rocha-Coutinho (2009), “[...] continuamos a reproduzir o antigo discurso de que ‘mãe é mãe’, de que ela é quem melhor sabe cuidar do(s) filho(s), e que, em última instância, identifica maternidade e feminilidade” (p. 223).

2.2 Reconfigurando: formação e consequência de novos modelos familiares

Indubitavelmente, as mudanças que ocorreram na segunda metade do século XX foram fundamentais para determinar uma reconfiguração da constituição das famílias e um novo olhar sobre a maternidade. Como visto, as conquistas feministas e o advento da pílula contraceptiva foram peças chave para dissociar a feminilidade da maternidade, permitindo que a mulher se engajasse em novas aquisições e na realização de seus desejos.

Segundo Souza & Ferreira (2005), de certo modo essa imagem da mulher/mãe fez parte de toda a História¹ fazendo com que a ideia de um determinismo biológico ficasse mais facilmente impregnada no imaginário social entre os séculos XVIII e XX. No entanto, as reivindicações feministas, que trouxeram uma nova identidade à mulher, acabaram por incitar mudanças na constituição da família.

Ainda que não se possa delimitar um único tipo de família em cada momento da História, é possível traçar um perfil do que se apresenta como modelo(s) comum(s) e preponderante(s) numa sociedade (BARBOSA, 2008). Porém, este capítulo não tem como finalidade fazer um levantamento a respeito de como se constituíram as famílias no decorrer da História, mas apresentar as configurações na contemporaneidade, levando em conta o novo papel desempenhado pela mulher na sociedade. Mesmo assim, é importante destacar que até o século XVIII o casamento e a maternidade não se embasavam em sentimentos de ternura e afeto. A constituição da família, habitualmente, tinha um caráter político e/ou social e era alicerçada no poder patriarcal. De acordo com Doherty (1992), este era o modelo da família tradicional.

Se o homem ocupava então o lugar central da família, a condição da esposa equiparava-se à da criança, ou seja, era de submissão a sua autoridade. O casamento realizado por contrato, segundo as necessidades econômicas e as alianças políticas das famílias, inibia qualquer expressão de afetividade entre os cônjuges, sendo o amor conjugal considerado desnecessário a um bom casamento (MOURA & ARAÚJO, 2004, p. 45).

Até a primeira metade do século XX, o modelo familiar consistia no seguinte: mulher ficava em casa, responsável pelas tarefas do lar e os cuidados com os filhos, e o marido, provedor, saía de casa para trabalhar. Segundo Diniz (2009), o casamento representava, acima de tudo, ter filhos e constituir família. Além disso, para a mulher também era a única forma aceita pela sociedade de ter relações sexuais. Já no final do século XX, as conquistas femininas provocaram importantes mudanças no papel da mulher na formação da família. Ela agora estava livre para mergulhar no mercado de trabalho, conquistar independência financeira, adquirir autonomia, gozar de sua sexualidade, e ainda tinha a

¹ Segundo as autoras, o mito grego de Deméter, a deusa lã e a histórias bíblicas de Eva são exemplos retratando que a geração de filhos faz parte da natureza da mulher. Também mostram que o amor materno sempre fez parte da História. A história de Maria, mãe de Jesus, certamente foi a mais utilizada para retratar a força deste sentimento.

possibilidade de escolher o momento de ser mãe, se esta fosse sua vontade, desencadeando, assim, a formação de novos arranjos familiares. Desse modo, pudemos testemunhar o aparecimento das famílias pós-modernas (ou pluralistas), que teriam como principal característica a aceitação de arranjos nada tradicionais e o convívio com eles (DOHERTY, 1992; JABLONSKI, 2003). Este modelo, que vigora no século XXI, nos permite encontrar famílias nas quais: os pais (marido e mulher) trabalham fora de casa; compostas por pais e/ou mães em seus segundos casamentos; monoparentais; formadas por casais sem filhos; formadas por casais que coabitam; constituídas por casais homossexuais; com filhos gerados artificialmente; compostas por casais parentais propriamente ditos (JABLONKI, 2007; RIOS & GOMES, 2009b).

Essa multiplicidade possui uma mesma essência: “encontrar felicidade, realização pessoal, cumplicidade e companheirismo no casamento” (DINIZ, 2009, p. 136). Pesquisa realizada pelo Datafolha, em 1998, confirma este fenômeno, mostrando que 56% dos brasileiros casados citaram o amor e a paixão como razões que levaram ao casamento. Doze por cento dos entrevistados falaram da necessidade de ter um companheiro e apenas 7% disseram que tinham como objetivo constituir família. Dando continuidade a esta pesquisa, o Datafolha revelou que em 2007 o amor perdeu o lugar para a fidelidade (38%), embora tenha continuado bem cotado, ficando em 2º lugar, com 35% de votos. Com relação à importância de ter filhos, a porcentagem caiu para 5% (CAPRIGLIONE, 2007). Inaugurou-se o tempo dos “relacionamentos puros”, no qual as pessoas começaram a se relacionar apenas pelo envolvimento e pelo que colhem dele. Essa relação só se mantém “enquanto ambas as partes considerarem que extraem satisfações suficientes para cada um individualmente” (GIDDENS, 1993, p. 69).

Associado a essas mudanças está o aumento do número de casamentos tardios.² Segundo dados do IBGE, em 1997 as maiores taxas de casamento legal estavam na faixa etária de 20 a 24 anos – 32,3% –, caindo em 2006 para 30%. Já o índice da faixa etária de 35 a 39 anos, que em 1997 era de 4,6%, aumentou para 7,9% em 2006. Não é difícil entender este fato: cada vez mais as mulheres se lançam ao trabalho fora de casa e aprimoram sua formação educacional. As razões

² É importante ressaltar que, neste momento, o que está sendo chamado de casamento se refere à união do casal, seja por vias legais ou por coabitação.

são diversas, como ajudar a promover um melhor padrão de vida para a família, ter recursos financeiros e a possibilidade de prover a si própria. Além disso, o trabalho é encarado como parte de sua realização pessoal e social (JABLONSKI, 2007; ROCHA-COUTINHO, 2003). Consequentemente, a maternidade também se torna tardia, visto que implica mudanças consideráveis na vida da mulher.

As mulheres engajadas em sua ascensão profissional muitas vezes não querem interrompê-la em prol da maternidade, pois a carreira – assim como os cuidados envolvidos na criação de um filho, especialmente em seus primeiros anos de vida – exige uma dedicação quase integral. A maternidade, dessa forma, acaba por ser postergada (BARBOSA & ROCHA-COUTINHO, 2007).

Entre outras razões para o adiamento da maternidade está o tempo de investimento na carreira profissional e a intenção da mulher de se estabelecer financeiramente. Como aponta Granato (1998), uma boa formação acadêmica e o acúmulo de tempo e experiência no mercado de trabalho possibilitam a consolidação de uma carreira profissional bem-sucedida. É interessante observar que mesmo numa relação parental, na qual o pai participará dos gastos familiares, é comum que a mulher busque se sentir capaz de arcar com suas despesas e as dos filhos. Um segundo casamento também pode ser citado como uma das razões da maternidade tardia, uma vez que mulheres que não engravidaram do primeiro marido podem vir a engravidar do segundo (GRANATO, 1998).

A maioria das jovens mulheres diz com naturalidade que espera ser mãe, mas a maternidade não é sua preocupação imediata. Elas têm a impressão que possuem todo o tempo do mundo e prioridades a serem satisfeitas: ganhar a vida, ter um apartamento, talvez fazer carreira, encontrar um parceiro ideal e com ele tirar proveito de uma liberdade agradável [...]. Se uma dessas condições não for preenchida, deixa-se para mais tarde (BADINTER, 2011, p. 155).

No entanto, a maternidade tardia pode trazer consequências. Em algumas ocasiões, a espera do momento ideal para conceber uma criança se prolonga tanto tempo que a gravidez passa a ser de risco ou uma total impossibilidade. Em pesquisa realizada por Barbosa e Rocha-Coutinho (2007), elas esclarecem que a partir dos 27 anos a chance de engravidar começa a diminuir, e aos 30 o aparelho reprodutor feminino começa a envelhecer, apresentando riscos de má-formação da criança, doenças congênitas e aborto, embora estudos recentes afirmem que as chances de não engravidar e os riscos de defeito genético no DNA do bebê ocorram a partir de 35 anos de idade. Contudo, os recursos contraceptivos ampliam-se a cada dia. Se a pílula contraceptiva rompeu com o determinismo biológico que

definia a feminilidade como sinônimo de maternidade e a sexualidade como símbolo de reprodução, a tecnologia reprodutiva conceptiva possibilita a ocorrência da maternidade à mulher infértil. Para Scavone, “a maternidade biológica não é mais o primeiro critério que designa uma mãe” (2001a, p. 145).

As técnicas reprodutivas têm possibilitado que mulheres com idade avançada tenham filhos. Para alguns pesquisadores, a maturidade pode trazer benefícios à maternidade (GRANATO, 1998; SCAVONE, 2001a, 2001b). De acordo com Scavone (2001b):

A escolha reflexiva para a aceitação ou não da maternidade (da paternidade ou da parentalidade) constitui um elemento deste período de transição, possibilitando às mulheres e aos homens que a decisão pela reprodução seja feita com base na experiência adquirida, sem medo, culpa, ou qualquer sentimento de não realização individual e/ou social (p. 57).

Para Granato (1998) a maternidade tardia é uma questão de segurança emocional, visto que, mais maduras, as mulheres cuidam mais de si mesmas – garantindo, desse modo, que os filhos sejam mais saudáveis e bem cuidado –, são mais tranquilas e possuem maior segurança financeira e emocional.

De fato, ter filhos com idade avançada potencializa as chances de uma escolha com base nos desejos da mulher e não no cumprimento de um papel. Por outro lado, não se pode negar que a indústria venda a maternidade. Segundo Forna (1999), a esterilidade é um mercado com grande potencial.

Inúmeros são os medicamentos de fertilidade que induzem a ovulação. Clomifeno, superovulação com gonadotropinas e agonista do GnRH, gonadotrofinas para menopausa humana (GMH), HFE, urofolitropina, gonadotropina coriônica humana (hCG), análogos do GnRH (agonistas ou antagonistas) fazem parte da lista de alguns dos medicamentos utilizados antes de se recorrer a outras técnicas reprodutivas e à inseminação artificial.

Para Forna, embora indivíduos que trabalham na criação artificial da vida humana sejam chamados de vendedores de bebês, este é um equívoco. Não se vendem bebês, mas a ideia de se formar uma família.

Na realidade a indústria reprodutiva apoia e tem um papel ativo na promoção de ideias profundamente conservadoras sobre o que é ser mãe, especificamente quanto à primazia da maternidade ou paternidade biológica sobre a social e à esmagadora importância do vínculo genético. E essa é a base de muitos dos mais arraigados mitos da maternidade (FORNA, 1999, p. 172).

2.3 As Representações da Maternidade

Apesar da emancipação feminina – nos âmbitos político, social e sexual – e do aparecimento de novos arranjos familiares dela resultante, a maternidade ainda é percebida e afirmada como um elemento ligado à feminilidade e sua natureza (SCAVONE, 2001b; BARBOSA & ROCHA-COUTINHO, 2007; ROCHA-COUTINHO, 2009). Por mais que a sociedade contemporânea tenha adotado um estilo de vida no qual a mulher transita entre responsabilidades profissionais e maternas, ser mãe ainda é uma exigência social – e os filhos parecem uma consequência inevitável do casamento. Para Barbosa e Rocha-Coutinho (2007), embora seja incontestável o incentivo dado à mulher para sua profissionalização, permanece a expectativa de que venha a realizar o principal papel da sua vida: ser mãe.

A preservação dos antigos valores não para aí. As atividades domésticas e o compromisso com a educação e o cuidado dos filhos se mantêm a cargo da mulher. Ainda que os homens estejam, hoje, mais envolvidos nestas tarefas sua participação é recebida como uma espécie de ajuda. Jablonski (2007) afirma que:

Embora se note que os homens relatem uma participação afetiva, na verdade, cotejando as informações prestadas por homens e mulheres, verifica-se que aqueles têm uma função coadjuvante, colaborativa ou periférica (p. 218).

Pode-se perceber que a proposta de um casamento igualitário, no qual se espera que as mesmas responsabilidades sejam partilhadas por ambos os cônjuges, se mantém muito mais na esfera do discurso, o que pode causar, muitas vezes, uma enorme insatisfação na mulher. Do mesmo modo, pesquisas realizadas por Rocha-Coutinho (2003; 2009) indicam que, assim como as tarefas com os filhos e as domiciliares são vistas como função da mulher, o homem ainda é enxergado como o provedor da casa.

O fato é que mesmo com todas as conquistas femininas e as mudanças sociais nós mantemos as ideias conservadoras, a partir do nosso processo de educação. As brincadeiras das meninas estão normalmente relacionadas às tarefas do lar e à maternidade. Brincar de casinha e de boneca é uma típica diversão. Tábua de passar, panelinhas, fogãozinho e geladeira, todos em miniatura, também costumam fazer parte deste rol de brinquedos. Parece que, por mais que as

mulheres batalhem por outro destino, elas acabam por preservar e reproduzir exatamente o que muitas tentam extinguir.

Ainda que a dupla jornada de trabalho seja extenuante, outros valores arraigados no imaginário social dificultam sobremaneira a plena realização dessas funções. Como foi apresentado no primeiro capítulo, o século XX foi marcado pelas teorias de especialistas que determinavam como deveria ser o comportamento da mulher para que criasse filhos saudáveis e fosse consagrada uma “boa mãe”. Embora muitas destas teorias tenham sido desmitificadas com o tempo, outras permanecem em vigor. Em primeiro lugar, é importante esclarecer que perdura a ideia de que a boa mãe é aquela põe as necessidades dos filhos acima de tudo, fazendo com que as teorias que parecem beneficiar a criança sejam consentidas.

No século XXI, a ideologia mais defendida é a do aleitamento materno prolongado, definido como bom para a saúde da criança e para solidificar a relação com a mãe (BADINTER, 2011). Segundo dados da Unicef (2007), o aleitamento materno, além de ser um ato de amor e carinho, protege o bebê contra doenças, é bom para a dentição e para a fala e estimula o crescimento e desenvolvimento da criança. Deve ser fonte exclusiva de alimentação nos seis primeiros meses de vida do bebê, que tem de mamar logo após o nascimento e todas as vezes que quiser. Outra advertência fundamental: a mãe deve estar calma na hora de amamentar e não apressar o bebê.

A prática do aleitamento materno também traz benefícios para mãe: fortalece os laços afetivos com a criança, diminui o risco de câncer de mama e de ovário, funciona como método contraceptivo natural, além de ser algo econômico e prático (UNICEF, 2007). Badinter (2011) acrescenta que, além dessas vantagens, a amamentação faz com que a mulher entre mais rapidamente em forma, dado bastante sedutor numa sociedade preocupada com a beleza.

As exigências impostas pela amamentação convergem para um paradoxo: como cumprir o papel de mãe com excelência e trabalhar ao mesmo tempo? Segundo Mansur (2003),

Análises feministas realizadas nas últimas décadas revelam que, mesmo havendo um aumento das taxas de atividade profissional feminina, ainda persiste prioritariamente a vinculação das mulheres à criação dos filhos, ao cuidado com as pessoas fisicamente dependentes, ao trabalho e à produção domésticos (p.39).

Pesquisa realizada por Rocha-Coutinho em 2007 confirma as informações trazidas por Mansur. A autora também mostra que, ao priorizar a família, todas as entrevistadas tinham feito ajustes na vida profissional. Pelo fato de a família e o trabalho exigirem tempo, energia, investimento, além de causarem enormes desgastes, tem sido comum as mulheres diminuírem o ritmo de trabalho para se dedicar aos filhos – muitas chegam mesmo a abrir mão de seus empregos para se dedicarem integralmente às crianças ou buscam trabalhos com horários mais flexíveis (ROCHA-COUTINHO, 2009).

Até que ponto essa redução no tempo de trabalho é uma escolha? Se para a mulher a carreira profissional é hoje um fator de satisfação pessoal, não estaria ela frustrada por ter de abrir mão de sua profissão?

Duas respostas esclarecem bem essas perguntas. Em primeiro lugar, sendo responsável pelas atividades domésticas e os cuidados com os filhos, é muito desgastante para uma mulher arcar com mais um dever – o trabalho. Para as famílias que possuem uma renda conjunta mais confortável é possível contar com a ajuda de familiares e terceiros (empregadas domésticas e babás). Outra razão parece bastante significativa para determinar a saída das mulheres do trabalho: o sentimento de culpa, determinado por sua ausência do lar, em não dar aos filhos os cuidados necessários para sua saúde e seu bem-estar.

Fica claro que nem sempre a redução do tempo de trabalho ou seu abandono é uma escolha, mas sim uma necessidade, seja ela de cunho prático ou emocional.

Não é à toa que, para muitas mulheres, o nascimento de um filho pode ser acompanhado de muita tensão, depressão e/ou sofrimento psíquico. A depressão pós-parto pode ser vista como um dos sinais dessa dificuldade (ROCHA-COUTINHO, 2009, p. 163).

Por outro lado, tornou-se bastante comum, nos últimos anos, o fenômeno de casais que optaram por não ter filhos. Segundo Scavone (2001b), a maternidade ainda é um dilema para as mulheres que querem seguir suas carreiras profissionais. Seria, então, esta uma razão para a escolha pela não maternidade?

2.4 Childfree: Livre de Filhos

Estudos nacionais e internacionais vêm mostrando que a cada dia cresce, no mundo, o número de casais sem filhos e de mulheres que se sentem desobrigadas

de cumprir esta tarefa (BADINTER, 2001; MANSUR, 2003; GILLESPIE, 2003; KOROPECKYJ-COX & PENDEL, 2007; RIO & GOMES, 2009a, 2009b). Este crescimento não está relacionado a problemas de infertilidade, isto é, a alterações no sistema reprodutor masculino ou feminino que diminuam a capacidade reprodutora em idade compatível com o pleno funcionamento deste sistema (no caso das mulheres), nem a casos de esterilidade natural. Segundo as pesquisas, o aumento tem sido gerado por duas razões:

(a) muitas mulheres protelam o momento de ter filhos, causando desse modo um declínio de sua fertilidade, visto que o aparelho reprodutor já não funciona com perfeição;

(b) crescem os casos de mulheres que optam por não ser mães.

No primeiro caso, as tecnologias reprodutivas conceptivas têm colaborado bastante para possibilitar que mulheres com idade avançada tenham filhos, embora frequentemente, mesmo com essas tecnologias, somente algumas consigam engravidar ou manter a gestação. No segundo caso, também fazendo uso de tecnologias reprodutivas, mas contraceptivas, como a pílula anticoncepcional e a esterilização voluntária, as mulheres percebem que não ter filhos pode ser uma escolha saudável em suas vidas.

A literatura tem usado duas expressões para designar as mulheres que não têm filhos: *childless* e *childfree*. De acordo com Badinter (2011), enquanto a primeira se refere à ausência de filhos, sem explicitar se essa foi uma escolha deliberada ou não por parte da mulher (*childless* = sem filhos), a segunda expressão indica o desejo de não ter filhos (*childfree* = livre de filhos). Em estudos de Mansur (2003), e Gillespie (2003) o termo *childless* determina a ausência involuntária de filhos.

O termo *childfree* vem sendo empregado atualmente com a intenção de desestigmatizar a opção por uma vida sem filhos, uma vez que o termo *childless*, tradicionalmente utilizado, carrega em si a conotação de ausência ou falta involuntária, muito diferente da possibilidade de escolher um modo ou estilo de vida (MANSUR, 2003, p. 65).

No entanto, ainda hoje o discurso social tende a valorizar a maternidade e associá-la à feminilidade. De acordo com Souza e Ferreira (2005) “as concepções da maternidade como algo inerente à natureza feminina ainda se fazem presentes

nas representações de grande parte das mulheres, sejam elas mães ou não mães” (p. 20). Desse modo, o fato de uma mulher não ter filhos (*childless*) pode ser encarado como uma tragédia que promove grande sofrimento e desespero. Em contrapartida, graças ao padrão idealizado da maternidade, as livres de filhos (*childfree*) são vistas como desviantes e egoístas (GILLESPIE, 2003; RIOS & GOMES, 2009). Dessa forma,

A escolha por não procriar pode ser entendida como uma característica desviante do que é socialmente esperado, sendo interpretada muitas vezes como anormalidade, patologia, falta de saúde, egoísmo, falta de dever cívico – no que diz respeito à necessidade de reposição da população, entre outros conceitos (RIOS & GOMES, 2009a, p. 314).

Discorrendo sobre autoestima pessoal e coletiva de mães e não mães, Souza e Ferreira (2005), acrescentam que para algumas mulheres o fato de não ter filhos é uma escolha, fazendo com que não sejam afetadas pelo peso dos estereótipos e do preconceito. Geralmente estas mulheres trabalham, possuem um nível de escolaridade maior e vivem em centros urbanos. Para as “*childless*” isso pode representar uma fonte de forte insatisfação e desvalorização, por não conseguirem atender a pressões sociais. Neste caso, a autoestima pessoal³ pode ser baixa. Pesquisa realizada por Koropeckyj-Cox e Pendel (2007) nos EUA mostra o mesmo fenômeno. Segundo as pesquisadoras, “negative attitudes about childlessness on the other hand may translate into normative pressures to bear children or negative biases against those who are childless, especially those who are childless by choice⁴” (p. 1057).

Pode-se observar que é em função das representações da maternidade que o processo de estigmatização se instaura. Vieira (2010) expõe que as pressões sociais a respeito de como deve ser uma boa mãe acabam estimulando a opção pela maternidade. Segundo uma entrevistada de sua pesquisa:

“Mãe tem que ser muito presente. Pela profissão que escolhi, sabia que não seria assim. Maternidade implica dedicação, participação, e eu não conseguiria cumprir isso.”

³ Avaliação positiva ou negativa que o indivíduo faz de si mesmo.

⁴ Atitudes negativas em relação a não ter filhos, por outro lado, podem se traduzir por pressões normativas para ter filhos ou preconceito contra aquelas que não têm filhos, especialmente as que não têm filhos por escolha própria (tradução nossa).

Escravizadas pela ideia de que feminilidade é sinônimo de maternidade e pelo tabu do amor materno –, isto é, como deve ser uma “boa mãe”, muitas mulheres que ainda geram filhos para cumprir o papel imposto pela sociedade podem atravessar sérios conflitos em relação à ambivalência materna. As representações da maternidade, que ainda se apoiam em um padrão construído ao longo dos séculos, definem a “boa mãe” com base em critérios como “ser capaz de enormes sacrifícios, entre eles ser amável, tranquila, compreensiva, terna, equilibrada, acolhedora, feminina em tempo integral (AZEVEDO & ARRAIS, 2006, p. 269). Todavia, estudos apontam que toda mãe apresenta sentimentos antagônicos com relação ao filho (PARKER, 1997; MAUSHART, 2006; AZEVEDO & ARRAIS, 2006), como, por exemplo, a dicotomia amor e ódio.

O amor é, naturalmente, uma emoção mais fácil de admitir do que o ódio; ele é aceito como parte integrante das mães. A ausência de amor é reputada como catastrófica. O ódio, porém, é frequentemente negado. [...] Quando excede o amor, mesmo momentaneamente, o ódio pode tornar-se uma emoção facilmente identificada. Mas para maioria das mães, na maior parte do tempo, o ódio fica extremamente invisível – escondido, mascarado, contido –, mas nunca obliterado pelo amor à criança (PARKER, 1997, p. 22).

A autora continua: “o sentimento de culpa provocado pelo reconhecimento da ambivalência materna pode se tornar avassalador, imobilizando as paixões maternas, em vez de provocar a circulação destas” (PARKER, 1997, p. 41).

Como já foi mencionado, aumenta o número de mulheres que escolhem não ter filhos. O questionamento que se segue é: estariam estas mulheres indisponíveis para cumprir os pré-requisitos da instituição maternidade? Seria plausível considerar que algumas mulheres desistam de ser mãe por acharem que não desempenharão um bom papel?

Em nossa era pós-moderna ainda existem mulheres com uma mentalidade moldada pelas ideias da família tradicional. Pesquisa realizada por Mansur (2003) apresenta uma entrevistada que manifestava grande insatisfação e frustração por não ter tido filhos. Segundo a autora, ela se sentia marcada pela falta, abalando o sentido de sua existência. Para a entrevistada, ela não tinha sido capaz de provar sua feminilidade.

Embora a mulher seja um ser histórico, dotado da capacidade de desejar e simbolizar, muitos aspectos da ideologia do instinto e do sacrifício maternos perduram e ainda pode-se ouvir que uma mulher que não teve filhos “é como uma árvore seca que não deu frutos” (MANSUR, 2003, p. 64).

De acordo com Badinter (2011), para algumas mulheres “não se pode desejar ser uma boa mãe e, ao mesmo tempo, manter os compromissos pessoais” (p. 174). Porém, grande parte das mulheres não vê nos filhos a única forma de completude e de realização dos seus desejos. Querem reconhecimento pelo seu trabalho e por suas qualidades, além de oportunidades para satisfazer suas vontades – mesmo sabendo que tendo filhos deverão abrir mão de algumas coisas.

Nem todas as mulheres desejam abdicar de suas vontades e planos e se sentem muito realizadas em seus casamentos sem filhos. Para estas mulheres, ser mãe não se encaixa em sua autoimagem, nem mesmo em sua programação (MOHLER, 2005). A não maternidade é uma opção e um estilo de vida. Estas mulheres querem ser livres para determinar seus caminhos, voluntariamente.

Em alguns casos, entretanto, deve-se considerar outro tipo de ambivalência – a questão de ter ou não filhos –, que pode, em dado momento, se presentificar justamente entre aquelas que optaram pela não maternidade. Como aponta Shreffler (2011), algumas mulheres são ambivalentes no que tange à gravidez. A dúvida quanto à escolha pode estar associada à preferência por um estilo de vida sem as responsabilidades da criação de filhos (*childfree*), ou, como foi proposto anteriormente, ao medo de não se conseguir ser a mãe perfeita.

No extremo oposto daquelas que defendem a família tradicional, encontram-se mulheres que rejeitam a ideia de ter filhos. Segundo Albert Mohler (2005), organizações estão sendo formadas para que estas pessoas possam se unir. De fato, fazendo uma busca no Google é possível encontrar algumas dessas organizações no Brasil, entre elas a “semfilhos.org” e a “casalsemfilhos.com”.

Em verdade, algumas dessas organizações funcionam como um meio de desabafo social. Contudo, para certos casais, ter filhos é uma *intrusão*⁵ no seu estilo de vida.

Essas mulheres calam os prazeres e benefícios da maternidade. Elas veem apenas os aspectos sombrios, constrangedores e sacrificiais. Umam falam da repulsa aos aspectos físicos da maternidade, da gravidez e do parto, e também dos cuidados com a criança. Outras confessam que a ideia de cuidar de um bebê em tempo integral as deprime [...]. Algumas temem a monotonia das tarefas, sujas, repetitivas e pouco gratificantes. Elas falam de alienação e perda de identidade (BADINTER, 2011, p. 176).

⁵ Grifo nosso.

Na página inicial do site “semfilhos.org”, por exemplo, encontra-se o seguinte discurso:

“Você gostaria de ter filhos, mas não pode ter? Seja bem-vindo! Nós o invejamos pela dádiva da infertilidade. Junte-se a nós e poderá transformar sua visão sobre o que é uma vida com filhos”

Albert Mohler ressalta que:

Without doubt, children do impose themselves upon our creature comforts, waking us up in the middle of the night with demanding needs and inconvenient interruptions. Parents learn all too quickly that children are not only the smiling cherub sleeping in the crib, but also the dirty-faced preschooler, the headstrong teenager, and the boisterous grade-schooler (MOHLER, 2005)⁶.

Entre essas expressões, vale citar o livro da francesa Corinne Maier (2008), “*Sem filhos: 40 razões para você não ter*”. A autora é mãe de dois adolescentes e declara que se arrepende de sua escolha. Para ela, sem a presença dos filhos, estaria curtindo a vida. “Meus filhos me enchem a paciência”, diz Corinne. Ainda que a declaração seja impactante, não se pode ignorar que muitas mães, em algum momento, pensam que ter filhos foi um erro, mesmo que desconstruam (ou não) esse pensamento em seguida. No livro, o que de fato mostra um profundo sentimento de rejeição é a forma hostil como a autora se dirige à maternidade, ainda que aborde com muita pertinência alguns assuntos.

E vocês vão pastar vinte anos para criá-los? A educação dos filhos se tornou um sacerdócio, já que a sociedade exige dos pais modernos performances dignas do Super-Homem ou da Mulher Maravilha. Estar sempre disponível, sorridente, atento, pedagógico e responsável – o que não se faz para garantir a “felicidade” e “plenitude” dos seus pirralhos? Tornar-se-pai-mãe significa estar pronto para o sacrifício de todo o restante. Vida de casal, lazer, vida sexual, amigos e sucesso social, no caso das mulheres. E tudo isso para isso; francamente, acha que vale a pena? Tomem suas precauções. Nada de filhos, por favor. É tão fácil acontecer. Uma única solução: a contracepção (MAIER, 2008, p. 8).

Embora a autora declare sua frustração à maternidade, este sentimento não está presente em todas as mulheres, nem mesmo pode representar uma expectativa generalizada para todas as mulheres que optem por não ter filhos.

⁶ Sem dúvida, filhos se impõem sobre nosso conforto material, acordando-nos no meio da noite com necessidades inadiáveis e interrupções inconvenientes. Os pais logo aprendem que filhos não são somente querubins sorridentes dormindo no berço, mas também criancinha de cara suja, adolescentes teimosos e jovens conturbados (tradução nossa).

No próximo capítulo discorreremos sobre o resultado de nossa pesquisa, apresentando os sentimentos e algumas razões que fizeram com que as entrevistadas fizessem a escolha pela não maternidade.

3. Estudo de Campo

3.1. Método

Para esta pesquisa foram realizadas entrevistas de natureza qualitativa, com base no MEDS – Método de Explicitação do Discurso Subjacente (NICOLACI-DA-COSTA, 2007). A escolha dessa metodologia ocorreu em função de suas especificidades. Para o MEDS é importante destacar o registro explícito do discurso das participantes, cuja coleta deve ser realizada em contextos naturais e informais, pela utilização de livre escuta.

3.2. Participantes

O recrutamento contou com a homogeneidade das participantes, isto é, a partir de critérios preestabelecidos de acordo com o objetivo da pesquisa. Estes fundamentaram-se numa ampla hegemonia, ou seja, com base numa importante característica comum, além de outros atributos pessoais. No caso das participantes da pesquisa, todas deveriam ser mulheres que optaram por não ter filhos. Essa escolha deveria ter acontecido enquanto elas eram casadas (entende-se por casadas aquelas que tiveram uma união legal ou que viviam em regime de coabitação). As participantes deveriam ser heterossexuais, fazer parte da classe média e residentes no estado do Rio de Janeiro – sendo oito participantes da zona sul da cidade e duas do município de Niterói.

Apresentando essas características foram entrevistadas dez mulheres, cujos nomes foram substituídos por outros fictícios, estabelecidos por cada uma delas no dia de nosso encontro. Apenas uma solicitou que seu verdadeiro nome fosse utilizado no trabalho. Todas as entrevistas foram realizadas em local determinado pelas participantes. Quanto à faixa etária, das dez entrevistadas apenas uma ainda tinha idade para conceber uma criança pelos métodos naturais.

A) Tereza

“Eu vejo algumas mães falarem coisas de filhos que eu penso: ‘Obrigada, Senhor, por eu não ter tido esse pedaço: porque eu já estaria presa!’”

Tereza tem 55 anos, é separada e trabalha como coordenadora administrativa de uma empresa. Tendo reencontrado, depois de 16 anos, seu primeiro namorado, juntou-se a ele num relacionamento que durou 12 anos. Embora considere que a relação tenha sido bastante madura, já que ambos eram adultos, ela a define como péssima. Segundo a entrevistada, o casamento aconteceu muito por sua vontade de sair de casa e de ter um marido. No entanto, diz ter sido infeliz durante todo esse período, que apresentava muitos conflitos, em função das traições do marido.

Os pais de Tereza (especialmente seu pai) gostavam muito de seu esposo, mas ela não compartilhava com eles as dificuldades e frustrações de seu casamento. Um mês após a morte do pai, ela se separou.

Segundo a entrevistada, o desejo de ter filhos estava presente no início do casamento, mas, como a relação era muito ruim, ela mesma decidiu não ter filhos. Após a separação, nunca quis novamente tê-los. O dinheiro e os cuidados com a família e a ideia de abrir mão de projetos foram algumas das razões que fizeram com que ela optasse por esse caminho.

Apenas a mãe de Tereza ainda é viva. A entrevistada afirma que a relação entre as duas é ótima e que faz tudo pela mãe. Além disso, ajuda a cuidar de um sobrinho, filho do irmão mais velho, que faleceu há cerca de 13 anos. Para ela, essa perda fez com que a família se unisse mais. A infância não foi muito fácil, com problemas financeiros e muito sofrimento, relacionado à saúde debilitada do pai.

A frustração pela falta de filhos não faz parte de sua vida. Ela engravidou aos 18 anos, abortou e diz que hoje não sofre nada por essa atitude. Embora goste de crianças, declara que como mãe seria um horror: neurótica, dura e sem afinidades.

B) Andreia

“Foi uma decisão que não tinha volta. Quando você compra um apartamento, se você não gostou você vende. Filho você não tem como se desfazer dele. Uma vez que você teve é para o resto da sua vida.”

Andreia é uma acupunturista de 46 anos, casada há 20 anos. Ela é a caçula de uma família de três irmãos e, também, a única mulher. Por consequência, conta que sempre foi muito pressionada pelos pais, mas não percebe nenhum tipo de problema resultante dessa cobrança.

A mãe nunca trabalhou fora de casa e, sozinha, cuidou dos filhos. A relação de Andreia com a mãe, na infância e adolescência, nunca foi muito boa, embora, na atualidade, seja melhor. A boa relação se dava com o pai, falecido há 19 anos.

Para Andreia, a relação com o marido é de muita cumplicidade, amizade e liberdade. Ela afirma que a decisão de ter ou não filhos foi muito pensada e analisada. O marido sempre a apoiou em sua escolha, desejando que ela fosse tomada com base nos sentimentos da esposa e não em função da pressão de amigos e familiares. Contudo, em alguns momentos Andreia se questiona se foi impositiva, intransigente e egoísta por não ter dado um filho a seu esposo.

Quando estava na faculdade engravidou do marido, então seu namorado, mas abortou. Mesmo considerando-a uma decisão bastante difícil, declara ter sido a melhor coisa a fazer. Para Andreia a maternidade exige uma dedicação muito intensa que não sabe se teria condições de oferecer. Caso fosse mãe, a entrevistada crê que abandonaria o trabalho para criar o filho por não saber se seria capaz de acumular as duas responsabilidades. No entanto, a ideia de abrir mão de suas coisas não a agrada. Ela afirma não ter paciência com crianças e nunca ter sentido vontade de ter filhos.

C) Sula

“É muita pretensão o que eu vou falar agora, mas é como se eu estivesse à frente demais para ser mãe.”

Sula, 44 anos, casada, trabalha como gerente de marketing. Morou com a mãe, viúva, até ter um pouco mais de 30 anos. Teve dois irmãos: uma irmã, dois anos mais velha, e um irmão, dois anos mais novo. Filha do meio, acredita que a atenção da mãe sempre foi muito voltada para a irmã, enquanto o cuidado do pai era para com o irmão. A relação com os pais sempre foi boa, mas ela conta que a mãe era quem colocava ordem em casa, enquanto o pai era “o cara” – o boa-praça –, adorado por ela. O irmãozinho nasceu com um problema no coração e faleceu aos dois anos de idade. Ela, então, assumiu o papel do irmão e se tornou o menininho da casa, o que a levou, em suas palavras, a chamar a atenção do pai e ocupar o lugar do irmão. Porém, quando estava com 11 anos, o pai morreu de infarto — e ela assumiu o lugar de “homem da casa”, passando a tomar conta da família. A mãe não trabalhava até o falecimento do esposo e, embora tenha contado com uma boa pensão, visto que o marido era da Marinha, começou a trabalhar para se ocupar um pouco.

Ao falar da escolha pela não maternidade, Sula entra em choque com suas opiniões. Casada há um ano e meio com a pessoa com quem namorou por 13 anos, defende a ideia de que a instituição do casamento só serve para romper aquilo que é divertido numa relação. A entrevistada gosta de liberdade, independência, autonomia, leveza, e diz encontrar, felizmente, todas essas características na sua relação. No entanto, percebe que existe uma dependência, maternal, muito grande por parte do marido com relação a ela. Da mesma forma, sente ser necessário ter alguém a seu lado. Conta que uma vez, momentaneamente terminando o relacionamento, pensou em engravidar de qualquer um para garantir uma companhia a seu lado. Ela não gosta da imagem de uma mulher sozinha.

Sula diz ter conquistado tudo que uma pessoa quer: casa, carro, moto, a liberdade de ir e vir. Entretanto, questiona-se se não parou na adolescência e se não deveria querer engravidar.

Todas as vezes em que pensou em ter filhos imaginou que não seria uma mãe comum. A entrevistada acredita estar à frente de seu tempo; no entanto, acha

que a escolha de não ter filhos pode estar relacionada ao medo de não ser uma mãe tão revolucionária quanto defende, e diz que acabaria construindo uma “família padrão” – o que provaria sua incompetência.

O medo de não poder arcar financeiramente com a criação de um filho também é grande. Ela teme a instabilidade do futuro. Além disso, diz que se ocupou muito da família e pouco de si mesma. Não se enxergando madura e completa, não se sente pronta para cuidar de uma criança.

D) Mary

“Eu posso não ter escolhido a profissão certa, ser mal remunerada, mas isso foi uma coisa que cedo eu decidi: eu não quero ter filhos!”

Mary tem 46 anos e é a caçula de uma família de cinco irmãos. Viveu com a mãe até casar. Quando estava com quatro anos de idade o pai faleceu em decorrência de um infarto. A mãe, dona de casa, cuidava dos filhos, e o pai era o provedor da casa. Após sua morte, o sócio roubou a parte do pai no negócio, e a família acabou ficando sem nada. Felizmente, a irmã mais velha de Mary namorava nessa época com R., com quem mais tarde se casou e que acolheu a todos. A família foi levada para morar com uma tia de R., viúva, que morava sozinha e detinha muitas posses. A mãe de Mary passou a trabalhar como secretária num consultório médico, mas ainda assim se dedicava muito à família e se esforçava para dar tudo aquilo de que os filhos precisavam. Na sua ausência, a “tia” ficava com as crianças. Segundo a entrevistada, a relação com a mãe e a família sempre foi muito boa e de grande cooperação. Após dez anos morando com a “tia”, o irmão mais velho de Mary, que já estava trabalhando, alugou um apartamento para que a família pudesse se instalar.

Filha mais nova, a entrevistada afirma sempre ter sido muito independente. Quanto à escolha de não ter filhos, diz ter sido uma decisão tomada na adolescência e associada à história da mãe e de sua dificuldade em criar os filhos sozinha.

Mary casou com mais idade e manteve a relação por oito anos. A escolha de não ter filhos foi anunciada no início do relacionamento. Aliás, sempre que

iniciava um namoro informava que não teria filhos. Separada há cerca de um ano, vive hoje uma nova relação e avisa que não namora homens que tenham filhos.

Para ela o marido era uma ótima pessoa, mas um pouco imaturo, apresentando dificuldades para assumir as responsabilidades da casa. De certa forma, a entrevistada acredita ter contribuído para este comportamento, já que sempre assumia as suas responsabilidades e as do esposo.

Mary é professora de Educação Física e trabalha com crianças, relação que ama, mas que frisa ser apenas seu trabalho. Nunca quis assumir a responsabilidade de ter filhos e não consegue ver nada de positivo na maternidade. Ela construiu sua vida para ficar à vontade, ter liberdade e ser independente.

E) Ellen

“Cuidar daquele bebê, trocar fralda, nunca! Não consigo limpar, ver criança arrotar, vomitar... Aquilo me incomoda muito. Eu não tenho paciência com criança!”

Ellen tem 49 anos, é telefonista, e está casada há 26 anos. Nasceu no interior do Estado e veio morar na cidade do Rio de Janeiro assim que casou com o marido, 13 anos mais velho que ela. Sua relação é definida como sendo de total liberdade e sem cobranças: ela pode sair e viajar quando quiser.

A escolha de não ter filhos foi tomada por ela. Segundo a entrevistada, casou-se muito cedo e veio para a capital. Como era do interior, ficou encantada pelas belezas do Rio e achava que deveria aproveitar. A idade era apenas uma justificativa — Ellen nunca quis ter filhos. Ainda assim, usou o mesmo argumento quando ficou mais velha, já que não tinha mais idade para ser mãe. Quanto ao marido, sempre quis ter um filho, mas acatou a decisão da esposa.

Ellen acredita que uma mãe tem de dar ao filho tudo que ele quer e fica indignada com a falta de educação dos jovens de hoje. Para ela isso é consequência de uma criação ruim. Crê que como mãe seria liberal, muito boba, e acabaria aceitando tudo do filho.

Com relação à família, tem mais seis irmãos biológicos e conta que depois que todos casaram a mãe adotou um bebê. O relacionamento com ela sempre foi

muito bom. Os pais estão vivos, são casados e reúnem toda a família nos fins de semana.

F) Vivian

“Tem pessoas que têm o dom para ser mãe, outras já não têm. Quem não tem dom para ser mãe não tenha filhos.”

Vivian reside na cidade do Rio de Janeiro há quase vinte anos. A entrevistada tem 51 anos e trabalha como assistente financeira de uma clínica. Sua mãe faleceu no ano passado; seu pai está vivo e continua morando em Teresina.

Casada com um carioca há 16 anos, ela veio para o Rio passar férias na casa de duas tias, após o fim de um namoro. Convidada para morar com as tias, não hesitou: deixou o Nordeste e veio para a Cidade Maravilhosa. Aqui conheceu o marido enquanto fazia um curso técnico. Conta que o casamento é ótimo e sem preocupações.

O marido de Vivian nunca quis ter filhos e deixou sua decisão clara durante o namoro. No entanto, isso nunca foi um problema, já que ela não fazia questão de engravidar. Pressionado pela escolha, o marido chegou a dizer que poderiam ter um filho, mas para isso ela teria de parar de trabalhar, pois ele acredita que creches não educam as crianças. Isso nunca foi uma possibilidade para ela, que ressalta que jamais aceitaria depender financeiramente do marido.

Primogênita de uma família de dez crianças, ficou responsável por cuidar dos irmãos enquanto a mãe trabalhava junto com o pai na roça. Sempre que a mãe engravidava, alguma tia vinha ajudar e permanecia com a família até o bebê completar cerca de dois anos de idade. No entanto, com nove anos de idade Vivian passou a ficar sozinha com as crianças. Ela conta que, de madrugada, quando um bebê acordava a mãe a tirava da cama para ajudá-la, visto que o pai, cansado do trabalho, continuava dormindo. Segundo Vivian, a família era caracteristicamente próxima do patriarcado. O pai, temido por seus irmãos, sustentava a casa e dava ordens. A mãe, embora trabalhasse, teve dez filhos e foi a responsável por educá-los, ensinando-os a tabuada e a ler e escrever, além de cuidar das tarefas da casa.

G) Amanda

“Quando eu já estava na faixa dos quarenta anos, quando eu poderia até engravidar, eu falei assim: ‘Não, eu fui até agora tão bem, por que eu vou querer engravidar com essa idade?’ Eu optei pela retirada do meu útero.”

Amanda tem 56 anos e está casada há 31. Conta que não pensava em se casar, nem em ter filhos. Em uma família de cinco crianças, ela é a única irmã e admite que adorava ficar com os irmãos e que queria ser igual a eles. Não foi fácil. O pai — e consequentemente os irmãos — era muito machista e tratava de colocá-la em seu devido lugar: cuidar das coisas da casa. A intenção de Amanda era estudar, trabalhar, ganhar dinheiro e comprar um apartamento. Porém, na visão do pai, para as mulheres o estudo significava apenas o primário, e a coisa certa a se fazer era arrumar um marido.

Sendo o pai o provedor, a mãe não trabalhava e se dedicava inteiramente aos filhos. A relação com a mãe na infância foi boa até o nascimento do irmão caçula, quando ela tinha oito anos de idade. Segundo Amanda, a mãe teve depressão pós-parto, o que acabou modificando toda a estrutura da família. Ela morreu aos 76 anos, ainda em depressão.

Mesmo sofrendo tantas pressões, Amanda começou a trabalhar aos 18 anos e pagou sua faculdade, formando-se em Turismo. Querendo sair do ambiente opressor em que vivia, não é estranho que tenha se envolvido com um homem, seu atual marido, que, segundo a entrevistada, lhe deu — e dá — toda a liberdade com a qual sonhou. Ela pode sair, viajar com as amigas, fazer o que quiser que ele não se incomoda. Amanda conta que às vezes chega a esquecer que é casada. Para ela o casamento é muito bom e cheio de liberdade. Nenhum dos dois gosta de se sentir preso, o que ela associa à escolha de não ter filhos.

No entanto, a tomada da decisão não foi tão segura. Quando casou, aos 26 anos, queria curtir a vida e deixou a maternidade para mais tarde, até que a cobrança em relação a ter filhos começou. O marido não queria crianças, mas deixou-a à vontade para decidir. Ela sucumbiu às pressões sociais e tentou engravidar, mas não conseguiu. O casal fez todos os exames para saber se estava

bem e constatou que podia perfeitamente ter filhos. Ainda assim, não conseguiam engravidar.

Amanda conta que o médico sugeriu que adotassem uma criança ou fizessem inseminação artificial, mas ela sempre dizia: “Não, doutor, eu não quero nada disso! Eu sou nova, sou normal, então deixa...” O mais interessante é que durante toda a entrevista ela insistiu em afirmar que tentara ter filhos e ao mesmo tempo declarou que uma criança atrapalharia sua relação com o marido, assim como sua liberdade. Quando questionada sobre sua ambivalência, respondeu em voz baixa que só tentou ter filhos porque a pressionaram. Para ela, suas tentativas foram uma satisfação para a sociedade.

Pouco depois dos 30 anos, a entrevistada fez uma cirurgia, em função de possuir um útero policístico. Após o tratamento, o médico disse que ela não teria problema nenhum para engravidar, mas que os cistos certamente reapareceriam e que, se fosse o caso, ela poderia optar por retirar o útero. Aos 40 anos de idade, os cistos voltaram a aparecer. Embora ainda pudesse engravidar ela optou pela retirada do útero.

Amanda conclui a entrevista dizendo que não queria filhos e que precisou fazer terapia para dar conta de assumir isso.

H) Cristina

“É uma opção pela minha independência. É assim! Não sinto falta.”

Casada há 19 anos, Cristina deparou-se com alguns obstáculos quando se envolveu com seu marido. Cinco anos mais velha que ele, seu primo em primeiro grau, encarou a dificuldade das famílias em aceitar o relacionamento. Ela só o vira uma vez, quando ele tinha cinco anos de idade. Seu pai é irmão do pai de seu marido — os dois não se davam bem, favorecendo o afastamento das famílias.

O casamento acabou se realizando e o casal foi morar num apartamento cedido pelo pai de Cristina. A relação passou por muitas dificuldades e o casal acabou se separando por alguns meses. Hoje vivem muito bem: moram separados, mas continuam casados.

A entrevistada diz que por muito tempo dependeu do marido financeiramente. Atualmente ela se sustenta e tem sua independência. Cristina acredita que sua mudança de atitude foi fundamental para que o casal continuasse unido. Diz ainda que se sente poupada, em vários sentidos, com cada um vivendo em seu próprio lar. Ainda que a autonomia dentro de casa seja uma forte razão para eles continuarem morando em apartamentos diferentes, o sentimento de caminhar com as próprias pernas é citado por ela como uma vitória que deseja manter. No mais, ela declara que seria complicado ter uma criança com seu marido e que escolhe estar com ele mesmo que seja para não ter filhos.

Quando casou, Cristina queria muito ter filhos, embora o marido não os desejasse. Para ela, a relação não seria um obstáculo à realização deste desejo. No entanto, com o tempo e o crescimento profissional, ela passou a não ter vontade de assumir tal responsabilidade. A entrevistada adora seu trabalho, gosta da liberdade em que vive e diz que para ter filhos precisaria de chão. Embora se entusiasme quando fala de crianças e acredite ser sublime a maternidade, não tem vontade de ser mãe e diz amar sua liberdade.

Com 46 anos ela é psicóloga e acupunturista. Seus pais são casados e vivem perto dela. Cristina tem um irmão mais velho, também casado e com filhos. Segundo ela, a relação com a mãe na infância foi simbiótica, vista na época como ótima. Na adolescência, porém, as coisas mudaram quando ela percebeu que não podia contar com a mãe. O relacionamento hoje é complicado e Cristina evita ter muito contato com os pais. Quanto à sua criação, conta que o pai era o provedor e aquele que dava broncas; já a mãe cuidava dos filhos, vivia para eles.

I) Soraya

“O que eu vejo é que a grande maioria tem filho como uma descarga. Mais ou menos assim: eu não sei o que eu faço comigo e com você, então a gente descarrega na criação de um filho.”

Soraya é a única mulher, caçula, de uma família de três irmãos. Os pais são vivos e separados desde que ela tinha 12 anos. Embora tenha mantido contato com o pai após a separação, viveu com a mãe até os 17 anos, quando saiu de casa. A mãe cuidava dos filhos e não trabalhava quando eles eram crianças, mas montou uma creche quando se tornaram adolescentes. Sobre o vínculo com a mãe, ela fala de amor, mas conta que ambas nunca tiveram afinidade ou cumplicidade. Para Soraya, seu modo de vida impactava a família, já que não seguia “um caminho muito tradicional”. Embora estudiosa, ela acredita que, sendo a única mulher e a caçula, muitas foram as projeções sobre ela.

Ex-jornalista, 52 anos de idade, se define como especialista do corpo – trabalha com movimento e dançaterapia. Soraya casou-se aos trinta anos com o ex-marido, com quem namorou em três momentos diferentes de sua vida. Quando resolveram ficar juntos, foram morar fora do país, com um projeto de família – “voar em conjunto”!

Nunca quiseram ter filhos. Separados há dez anos, viveram juntos durante cinco anos. Na opinião de Soraya, ele casou para ficar com ela, não para construir uma família com filhos. Ela conta que até hoje eles têm uma boa relação e que o casamento era de muito companheirismo. Não consegue entender casais que perdem o contato após se separarem. A decisão de não ter filhos envolve várias questões: projeto de vida, falta de desejo e de preparo. Para ela o bebê é uma potência enorme. Soraya defende a ideia de que toda mulher precisa entender por que deseja um filho e se preparar para tê-lo, buscando conhecer-se e aprender as necessidades de uma criança antes de concebê-la.

Divorciada, tem aversão ao rótulo. Ela se define como solteira e acredita que o *status* de divorciada é traumatizante – uma forma de rememorar o passado que “rasga, re-rasga a ferida de algo que acabou”.

J) *Marcela*

“Mas, na vida, a gente tem que fazer escolhas o tempo todo. Então, se eu tenho que priorizar certas coisas e abrir mão de outras, eu abri mão de ser mãe.”

Marcela tem 34 anos e de todas as participantes é a única que ainda tem a possibilidade de conceber filhos de modo natural. No entanto, sua escolha pela não maternidade está feita. Quando a médica lhe disse que a idade limite para se ter o primeiro filho é de 36 anos, Marcela contou ter cravado sua decisão: “Não rola mesmo!”

De certo modo, a experiência da maternidade fez parte de sua vida. Ela casou a primeira vez com 22 anos. Seu marido era 11 anos mais velho e tinha dois filhos pequenos. Quando casou, o projeto era ter filhos, mas, como era jovem, preferiu aproveitar a relação, viajar e deixar o tempo passar um pouco. Aos 20 anos, antes do casamento, chegou a engravidar do marido, mas se achava muito nova e preferiu abortar. A família nunca soube disso. No entanto, sempre gostou de crianças e adorava a sensação que vivia com os enteados, especialmente a caçula, que conheceu quando ainda era bebê.

Após três anos, o casal começou a passar por uma série de crises, envolvendo traições do marido e em seguida da própria entrevistada. Ela fala que a partir de então a ideia de ter filhos foi posta de lado. O casal acabou se separando por um tempo, depois voltou a se unir durante dois anos. O casamento, porém, ficou insustentável e acabou resultando numa separação definitiva.

Segundo Marcela, desde o início das crises, ela inaugurou um período de mudanças em sua vida: começou a fazer psicologia e a dançar. Com o rompimento da relação, investiu mais na dança, que acabou se transformando em um de seus trabalhos. Foi neste meio que conheceu o atual marido e um grupo de amigos, a maioria sem filhos.

Trabalhando com dança e tecnologia da informação, e fazendo psicologia, seus projetos são numerosos. Depois da experiência do primeiro casamento, ela decidiu que não teria filhos, deixando isso claro logo no início do relacionamento atual. O casal foi morar junto há pouco mais de um ano. Para Marcela ambos têm consciência de que falta tempo, de que seus projetos são de longo prazo, e de que existe a dificuldade financeira de criar um filho. Contudo, sente-se muito segura com sua escolha.

Ela e os irmãos – uma irmã mais nova e um irmão mais velho – nasceram em Brasília, onde o pai trabalhou por um tempo, mas vieram para o Rio quando ainda eram bem jovens. Viviam com o pai, a mãe e a avó paterna. O pai trabalhava e a mãe cuidava da casa e dos filhos. A relação entre os dois sempre foi

de muito carinho, até o falecimento do pai, há dois anos, num acidente. No entanto, a presença da avó não só tirava a liberdade do casal, como gerava muito sofrimento na mãe em função de brigas constantes com a sogra. Quanto à relação entre mãe e filha, Marcela conta que esta foi boa durante a infância e adolescência, mas com conflitos. Atualmente, percebe que a relação melhorou, visto que, após o falecimento do pai, a mãe mudou muito, tornando-se mais independente.

3.3. Instrumento

Para a realização das entrevistas foi elaborado um roteiro – com base em entrevistas piloto –, estruturado, mas flexível, aplicado em conversas naturais e informais. De modo geral as perguntas foram abertas, embora em alguns momentos tenham sido também utilizadas perguntas fechadas. Ainda que houvesse um roteiro, a ordem dos itens foi alterada, sempre que necessário, respeitando a associação de ideias das participantes. Todas as entrevistas foram gravadas e em seguida transcritas, na íntegra, para futura análise.

3.4. Procedimento

A primeira etapa da pesquisa consistiu na elaboração do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 1) e no roteiro da entrevista (Anexo 2). Em seguida, foram realizadas entrevistas-piloto com duas mulheres que se encaixavam nos critérios preestabelecidos para cumprir o objetivo da pesquisa. As entrevistas-piloto não foram utilizadas na análise dos resultados, apenas serviram para que fossem feitos ajustes no roteiro e que este adquirisse sua forma definitiva. Antes de iniciar as entrevistas, o projeto de dissertação passou pela avaliação do Comitê de Ética da PUC-Rio (Anexo 3). Apenas após sua aprovação as entrevistas que seriam analisadas foram realizadas.

Num primeiro momento a pesquisadora entrou em contato com as participantes por telefonema, informando-as sobre o tema da pesquisa e convidando-as para participar da entrevista. Todas as entrevistadas foram

indicadas por pessoas conhecidas da entrevistadora e que tinham conhecimento dos critérios da amostra, garantindo dessa forma que se encaixassem como participantes.

No dia da entrevista, em horário e local determinados pelas participantes, a pesquisadora esclareceu o objetivo da pesquisa e tirou dúvidas. Em seguida, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, contendo informações sobre a pesquisa – seu objetivo, o que seria feito com o material coletado, e a garantia de sigilo – e solicitando a assinatura das entrevistadas. Para finalizar, cada participante foi convidada a escolher o próprio nome fictício a ser utilizado na pesquisa, permitindo que pudessem identificar sua respectiva fala. Foi realizada apenas uma entrevista com cada participante. Todas elas foram gravadas digitalmente e em seguida transcritas na íntegra.

4. Análise e Discussão dos Resultados

“Maternidade para mim é uma coisa que eu não consigo ver o lado positivo, eu só consigo ver o lado negativo.” (Mary)

Ao investigar os sentimentos e as possíveis razões para que as entrevistadas tenham optado pela não maternidade, deparamo-nos com inúmeros fatores que, certamente, influenciaram essa escolha que vai de encontro à condição de ser mãe, que outrora esteve fatalmente associada ao casamento.

Do discurso das participantes emergiram as seguintes categorias de análise: *Experiências familiares e pessoais; A instituição maternidade; A espera do momento ideal; Estilo de vida; O casal e a escolha pela ausência de filhos; Preocupações com o futuro.*

4.1 Experiências Familiares e Pessoais

As experiências familiares e pessoais são, indiscutivelmente, fatores que influenciam o comportamento e a tomada de decisões de todo indivíduo, seja para sustentar algo considerado importante ou para romper com concepções que não se enquadram no próprio estilo de vida. Durante as entrevistas foi realizado um levantamento sobre as famílias, no intuito de conhecer sua configuração e averiguar qual tipo de influência poderia ter na escolha das participantes.

Todas as entrevistadas moraram com os pais na infância. Apenas uma não se recorda do pai, falecido quando ela tinha quatro anos de idade. As famílias de origem das entrevistadas eram tradicionais, sendo os homens provedores e as mulheres responsáveis pela casa e pelos filhos. Em dois casos, a mãe também trabalhava fora, mas, mesmo assim, o caráter tradicional da família foi preservado. Algumas passaram a trabalhar fora quando os filhos já estavam maiores e, em dois casos, após o falecimento do marido. O número de filhos variou. As famílias menores eram compostas por três filhos, enquanto a maior era constituída por dez.

No caso de Vivian, primogênita de nove irmãos, a mãe ajudava o pai na roça, enquanto ela cuidava dos irmãos. De madrugada, sempre que um irmão acordava querendo mamar, a mãe solicitava sua ajuda.

“Ela levantava de madrugada para esquentar o leite e ia me acordar. Ela não podia acordar papai porque ele trabalhava no pesado. Então eu ia tomar conta do bebezinho que estava chorando para ela fazer a comida. Eu nunca tive o sonho de casar e ter filhos. Eu já cuidei dos meus irmãos. Eu sempre cuidei de todos.” (Vivian)

Para Mary, que perdeu o pai aos quatro anos de idade, ver a mãe viúva, cuidando sozinha de cinco crianças, influenciou sua escolha pela não maternidade.

“Ela não trabalhava até meu pai morrer. Acho que ela ficava muito sobrecarregada sozinha e com cinco filhos. Eu sentia que ela se esforçava muito para dar tudo para a gente. Eu acho que talvez a minha decisão de não ter filhos esteja ligada justamente ao fato de ela ter sido mãe solteira. Ter filhos, nem pensar! Por que eu vou passar pelo que ela passou? Não quero. Prefiro estar sozinha.” (Mary)

É interessante observar que Mary já conta com viver a mesma experiência que a mãe quando diz que passaria pelo mesmo que ela passou. Também comenta que a mãe sempre a orientava a não ter filhos porque dava muito trabalho.

As experiências da infância de Tereza também influenciaram sua escolha.

“Eu não vou deixar ele passar pelas mesmas coisas que eu passei. Foi uma infância muito difícil. Eu me lembro da minha mãe dividindo um ovo para mim e para o meu irmão, e ela ficou sem comer nada. São coisas que marcam. Eu pensava: se amanhã eu tiver um emprego que não seja uma coisa sólida, se me mandarem embora, como é que eu faço com um filho?” (Tereza)

A mesma preocupação com a instabilidade financeira esteve presente em outros discursos. Para Maier (2008), essa é uma preocupação bastante fundamentada, visto que os gastos com o filho são bastante altos.

“Eu tenho que me sentir muito segura para construir em cima de um terreno sólido. Eu imagino que a maternidade seja um processo de doação do cacete. É um ser que sai de dentro de você, um pedaço de você, uma parte de você. Para o resto da vida você vai estar vinculada àquele ser. Eu tenho

que ter base, tenho que me sentir muito segura, e não acho que eu tenho esse terreno sólido.” (Cristina)

“Eu não tive filho, de certa forma, por uma condição financeira. Eu tenho medo do futuro. Eu tenho medo da instabilidade do futuro. Eu tinha muito medo de não ter condições financeiras para ter um filho.” (Sula)

As experiências do primeiro casamento de Marcela, cujo marido possuía dois filhos, foram importantes em sua decisão.

“A gente tinha um final de semana sim e um não. No fim de semana sim era uma vida, no fim de semana não era outra. Eu acho que essas coisas todas, no fundo, começaram a me fazer repensar essa história de ter filhos. Porque eu vivi isso, de ver o quanto que prende, o quanto que muda a vida. Não eram meus filhos, mas eu vivi isso de uma forma muito próxima e eu não sei se é essa vida que eu quero para mim.” (Marcela)

Além disso, problemas no casamento diminuíram a possibilidade de uma futura maternidade, tanto para Marcela, quanto para Tereza.

“Quando meu casamento entrou em crise no meio de 2002, que começou uma história de traições, automaticamente eu parei de pensar em filhos.” (Marcela)

“Num primeiro momento, eu até queria ter filhos com ele. Mas quando chegou um pedaço do casamento em que as coisas estavam muito ruins, eu mesma decidi não ter.” (Tereza)

As experiências vividas por essas mulheres representaram influências fortes e diretas para a escolha pela não maternidade, da mesma forma como possibilitaram a formação de projeções quanto à expectativa com a chegada de um filho. Uma das preocupações está relacionada ao casamento. Algumas entrevistadas acreditam que filhos podem interferir negativamente na relação do casal. Para Maier (2008), as prioridades acabam se voltando para a criança quando se tem filhos. O casal pode apresentar dificuldades em manter a identidade dos indivíduos envolvidos, que se tornam, exclusivamente, pai e mãe. Em seus estudos, a autora aponta que, para cada dois casais na cidade grande, um se

divorcia ou se separa. Esse rompimento ocorre mais comumente entre casais jovens, principalmente quando os filhos são bem pequenos – por volta de quatro anos de idade.

“Se tivesse filho, não sei se ainda estaria casada. Não sei se estaria com essa aparência descansada. Eu durmo a noite inteira, faço exercícios, saio na hora que quero, faço comida, mas, se quiser, também não faço. Mas se eu tivesse filhos, não. Eu estaria sempre ligada: tem que deixar comida, tem que fazer isso, tem que fazer aquilo. Uma preocupação! Acho que você ganha três ou quatro rugas a mais, ou até um pouco mais. Mãe é para toda a vida. Agora, quando você não é, acho que você se dedica mais ao seu amado, seu marido. Você é mais completa. Eu acho que a criança separa um pouco o casal.” (Amanda)

“Eu acho que a própria relação do casal é melhor. Um filho estraga essa relação. Quando o casal se separa, só sobra para a mulher a parte chata.” (Sula)

“A gente mora em um lugar onde as pessoas têm um pensamento muito pequeno. A gente vive em um país de gente muito mal-educada. Então eu sei que ia viver estressada para cuidar de uma criança ou um adolescente.” (Marcela)

Outras falaram sobre a dificuldade que seria cuidar de uma criança, tanto em função dos gastos quanto de não ter uma estrutura de apoio que pudesse auxiliar no processo.

“Eu acho que seria complicado, porque é aquela coisa, vai deixar com quem? A criança fica doente, você para de trabalhar. Eu trabalho com serviço prestado, não tenho emprego fixo.” (Mary)

“Não tenho irmãs mulheres, são todos homens, quer dizer, eu não teria ninguém para me dar suporte. De falar assim: estou doida para comer uma pizza. Você pode ficar com o fulaninho para mim um instantinho? Não ia ter ninguém para eu fazer isso. Quer dizer, ia ser eu, e eu, e mais eu.” (Andreia)

“Eu ficava com medo. Será que eu ia dar conta de um bebezinho? Minha mãe era doente, minha sogra também. Ia depender só de mim e do meu marido. E eu ficava realmente com medo disso.” (Amanda)

“Uma mulher de classe média, para ser mãe, tem que ter muito instinto. Porque ela não tem grana para ela e para o filho. Ela vai optar pelo filho. E aí eu vejo a mulher se ferrando: vai engordando, vai se largando.” (Cristina)

“A vida muda muito. Eu tenho uma amiga que tem duas filhas. Ela engordou, não se cuida mais, não passeia mais, só faz aqueles programas com criança. A gente nunca mais teve tempo de conversar.” (Marcela)

Segundo Torelló (1987), as crianças, hoje, são excessivamente mimadas, gratificadas e acabam não lidando com as experiências reais da vida, o que pode favorecer a formação de indivíduos agressivos. Essa queixa foi feita por duas entrevistadas, ao comentarem como os adolescentes estão agressivos.

“Essas crianças de hoje são muito mal-educadas. Eu vejo a relação das mães e filhos hoje e eu fico apavorada! Os filhos de hoje falam com as mães como se falassem com um cachorro. São grossos! Parecem que não têm carinho, não têm amor.” (Ellen)

“Escutei uma filha de quatorze anos falar para a mãe: ‘Eu não quero nem saber. Estou dizendo para você que eu estou indo para lá e eu vou!’ Eu quebro essa garota na porrada! Eu quebro os dentes dela. Se falasse assim comigo, eu mandava embora e ela ia se sustentar. Alguma coisa está errada.” (Tereza)

Além dessas influências, é habitual que a família e os contatos sociais pressionem o casal para que tenha filhos. Park (2002) aponta que mulheres que optam pela não maternidade sofrem estereótipos e pressões sociais que podem alterar ou mesmo justificar sua escolha. A ausência de um bebê, muitas vezes, é percebida como consequência de um problema de saúde e mal vista quando se trata de uma escolha deliberada. Todas as entrevistadas afirmaram que se sentiram pressionadas – algumas mais pela família, outras mais pelos amigos.

“A vida é uma cobrança eterna. Primeiro, se você não casa falam: ‘Você não se casou por quê?’ Ai você casa e vem: ‘Não vai ter filhos? Ah! Não é possível!’ Depois que você tem filhos: ‘Não acredito que você vai ficar em um só.’” (Tereza)

Sula questiona-se se não deveria ter tido filhos. Não sabe até que ponto não teve coragem de assumir o papel de mãe ou em que medida prezava por sua liberdade. Ela acredita que esse questionamento está diretamente ligado às influências familiares.

“Eu não devia desejar essas coisas? A minha preocupação é se eu não estou muito teen, se eu não parei na adolescência. Eu não quero parecer uma velha retardada e também não quero me culpar por não ter filhos. A minha dúvida é se eu não fui mãe como todo mundo porque eu era livre ou se mais uma vez eu não peguei os papéis para assumir de verdade.” (Sula)

As histórias de Andreia e Amanda se assemelham. Andreia nunca quis ter filhos, mas começou a se indagar quando as pressões surgiram.

“Eu nunca tive vontade de ter filhos. Eu nunca tive paciência com criança. Eu acho bonitinho, mas daqui a meia hora eu entrego de volta. Eu comecei a me questionar: ‘Todo mundo quer ser mãe e você não?’ É estranho porque todo mundo olha como se você estivesse dizendo a maior barbaridade do mundo. Como que uma mulher diz que não quer ter um filho, que não tem vontade de ser mãe? Parece que você vai ser apedrejada, jogada na fogueira e queimada feito bruxa.” (Andreia)

Ela afirma que por várias vezes conversou com o marido sobre a possibilidade de engravidar por se sentir um peixe fora d’água, mas acabou apostando no que sentia – não querer filhos. Apenas aos quarenta e um anos de idade, quando realmente não podia mais engravidar, as pressões acabaram.

As mesmas pressões fizeram com que Amanda buscasse tratamentos para engravidar. Ela casou com vinte e seis anos de idade e não desejava ter filhos naquele momento, até que as pressões começaram. O casal tentou, fez todos os exames necessários para descobrir se havia algum problema, mas não conseguiu engravidar. De acordo com Park (2002), esse comportamento – a busca de um

problema biológico – é um tipo de estratégia para lidar com a identidade estigmatizada. Nenhum problema foi constatado, mas, preocupado com a idade de Amanda, o médico sugeriu uma inseminação artificial. Ela não aceitou, dizendo que, se tinha saúde, iria esperar, afinal, não estava com pressa. Amanda também não tomou os remédios indicados para induzir a ovulação. Quando perguntada a respeito do porquê de ter realizado todos os exames e um tratamento que não cumpriu, respondeu em um tom de voz mais baixo:

“As pessoas pressionavam. Eu acho que eu queria mostrar que eu podia ter filhos, que eu era uma pessoa normal. Eu dei uma satisfação para a sociedade.” (Amanda)

Mais tarde, buscou tratamento psicoterapêutico tentando elucidar o porquê de não querer filhos. Para Souza e Ferreira (2005), mulheres sem filhos podem perceber-se como “incapazes de atender integralmente às demandas para o desempenho dos papéis associados à sua condição de mulher” (p. 21).

4.2 A Instituição Maternidade

Durante o trabalho foi mostrado que o conceito atual de maternidade foi elaborado a partir de teorias que atendiam às demandas culturais, traçando um perfil do que seria uma boa mãe.

Para algumas entrevistadas, a maternidade é encarada como um dever, um sacrifício ou até mesmo um fardo. Enquanto umas não se sentem prontas para assumir essa tarefa, outras simplesmente não querem assumi-la. Para Rocha-Coutinho (2009), as responsabilidades exigidas pela maternidade acabam sendo priorizadas, inclusive sobre questões que podem ser muito importantes para a mulher, como o trabalho.

“Eu acho que é uma dedicação muito intensa e que eu não sei se eu teria. Eu também sou muito metódica e, se eu fosse mãe, eu acho que eu seria muito dedicada e largaria outras coisas que para mim são muito importantes.” (Andreia)

“Maternidade é essa coisa de você se doar muito, se anular em algumas coisas, passar as noites em claro em várias etapas da sua vida, não só quando é bebê, mas quando vira adolescente e adulto. Eu não quero ter alguém dependendo de mim para sempre.” (Mary)

Para Amanda, a dedicação de uma mulher que tem filhos precisa ser total e durar, pelo menos, dois anos. Para Vivian e Ellen a boa mãe é aquela que faz tudo para os filhos.

“Mãezona é aquela que faz todos os gostos do filho. Minha mãe era assim.” (Vivian)

“Você tem que cuidar daquela criança. Dar carinho realmente. Dar tudo o que ela quer.” (Ellen)

Tereza tem um sobrinho que agradece por ela ser a tia e não a mãe. Ela acredita que seria muito dura com a criança – “neurótica”. Sula define o que seria a boa mãe como: a mãe comum – “protetora demais, grudenta demais, medrosa demais.” Ela acredita que esse tipo de cuidado beira a falta de respeito para com o indivíduo.

“Uma boa mãe é aquela que te torna independente, que te dá autonomia, que te dá liberdade. Para mim, nem a maternidade nem o casamento podiam ser o que são. A relação tem que ser divertida, gostosa e leve. A impressão que eu tenho é que, para todo mundo, se não for pesada, chata e rançosa, então você não é normal. Eu que sou a anormal porque não quero ter isso para mim.” (Sula)

No entanto, ela não acredita que se tivesse filhos seria capaz de ser a boa mãe que almeja, mantendo uma relação padronizada de maternidade.

“Talvez eu até não tenha sido mãe por achar que eu não conseguiria fazer o que eu acredito que seja mais interessante. A maternidade teria que ser uma coisa leve, agradável, prazerosa, independente e livre. E o problema é que não é tão simples você criar uma pessoa com essas condições. Acho que eu mostraria minha incompetência nisso.” (Sula)

Para duas entrevistadas os sentimentos investidos na maternidade podem ser desviados para outras direções.

“A nossa vida não dá frutos só por ter filhos. Não é assim que a gente cria, que a gente concebe, que a gente continua. Tem muitas coisas que a gente pode fazer que deixam a gente realizado. Todo mundo, no fundo, quer se sentir realizado, seja tendo filho, seja no seu trabalho ou com sua vida profissional. São formas das coisas acontecerem.” (Marcela)

“Você pode canalizar a sua energia – que é uma energia de criação – tendo filhos, ou você pode levar essa energia para outras coisas em sua vida.” (Soraya)

Para Soraya o amor materno é um instinto, no entanto, defende que a mulher precisa identificar o porquê de sua vontade de ser mãe, assim como aprender a suprir as necessidades de uma criança. Para ela, isso não deve acontecer por meio de um manual teórico de instruções, mas pela identificação de suas próprias sensações, tendo uma consciência sensorial das demandas do bebê. Para Torelló (1987) a aceitação de gerar um filho não resulta apenas de um mecanismo biológico, nem de uma decisão voluntária.

“Eu vejo o bebê como uma potência enorme, mas eu vejo muito poucas pessoas preparadas para serem mães.” (Soraya)

Com relação ao instinto materno, não foi possível concluir se havia a crença ou não acerca de sua existência, visto que as opiniões foram divergentes. Como apontam Rocha-Coutinho e Barbosa (2007), mesmo que essa ideia já tenha sido rejeitada, ela ainda permanece presente no imaginário social.

“Eu acho que isso surge quando você tem um filho. Eu digo a você que eu não tenho paciência com criança, eu nunca tive, mas eu acho que, se eu tivesse o meu, isso naturalmente brotaria em mim.” (Andreia)

“Não sei. Eu acho até que sim, porque tem umas mulheres que não têm nenhum jeito para mãe e de repente viram a maior mãezona da paróquia, mas eu não sei se é instinto.” (Mary)

Contudo, algumas entrevistadas mostraram sua descrença quanto ao instinto do amor materno.

“Eu não acho que toda mulher tem amor materno. Tem muitas mães por aí que claramente não têm amor materno. Tem filho eu não sei nem por quê.”
(Vivian)

“Não. Faz parte da sociedade a cobrança.” (Ellen)

“Eu acho que nem toda mulher devia ser mãe. Eu não vejo empenho dentro delas. Eu não sei se por não terem instinto ou por experiências anteriores que ferraram com a cabeça delas.” (Cristina)

4.3 A Espera do Momento Ideal

Atualmente, tornou-se comum o adiamento da maternidade, em função da carreira profissional ou do investimento em outros projetos de vida. Muitas mulheres parecem desconsiderar que existe um tempo hábil para que possam engravidar do primeiro filho sem gerar consequências para elas mesmas ou para o bebê – até os 35 anos de idade. Em alguns casos, essa prorrogação dura tanto tempo que a maternidade torna-se inviável, podendo causar sofrimento à mulher. Para outras, o avanço da idade ou a chegada da menopausa são justificativas plausíveis para não engravidar. Normalmente, as mulheres conhecem esse prazo; o que ocorre é que muitas enfrentam ambivalência quanto à gravidez, o que pode estar associado a alguns fatores, como a vinculação da feminilidade à maternidade, as pressões sociais e a manutenção de seu estilo de vida – algo que será discutido à parte.

“O pessoal está cobrando. Será que eu quero? Eu acho que eu quero. A gente sempre fica na dúvida. Será que eu quero porque todo mundo quer?”
(Amanda)

Entre as entrevistadas, algumas desejaram ser mães em um dado momento da vida, mas mudaram de opinião com o tempo.

“Quando a gente namorava nunca falamos sobre essa questão de ter filhos. Depois que nos unimos um dia eu comentei que estava doida para ser mãe e ele me disse que não queria ser pai. Eu olhei para ele e falei: ‘Eu vou ser mãe com você, sem você, apesar de você, eu vou ser mãe.’ Mas o que aconteceu é que eu comecei a me desenvolver profissionalmente e, na medida em que eu comecei a fazer dinheiro, eu optei pela minha independência.” (Cristina)

“A maternidade é uma coisa que você tem que pensar muito. Eu acho que se eu tivesse engravidado eu ia curtir, mas sem saber para onde eu estava indo. Deus nesse ponto foi muito bom, porque me deu tempo de refletir e decidir não querer filhos. Quer dizer, querer e não engravidar.” (Amanda)

Essa fala de Amanda talvez seja a que melhor retrata sua ambivalência quanto à gravidez. Ela não queria filhos, mas sentia-se mal com as pressões do meio e, por isso, tentou engravidar, embora deixe claro, em todo o seu discurso, que não tomou, efetivamente, nenhuma providência para facilitar que isso acontecesse. Tereza, enquanto casada, também pensou em ser mãe, mas problemas no casamento fizeram com que ela desistisse da ideia. Hoje ela argumenta que não se arrepende de não ter tido filhos e que se sente muito bem com a escolha.

A ambivalência quanto a ter ou não filhos nem sempre representa sofrimento. É o caso de Marcela e o marido.

“Tem um lado dele que tem vontade, assim como tem até um lado meu que tem uma vontadezinha – porque eu acho que a gente nunca é uma coisa única –, mas a minha vontade de ter não é maior que a minha vontade de não ter. Esse é um assunto que a gente já conversou bastante e os dois querem assim.” (Marcela)

Três participantes chegaram a engravidar uma vez, mas interromperam a gravidez por meio de aborto. Em todos os casos, argumentaram que eram jovens demais para ser mães.

“Eu já fiquei grávida uma vez. Com meu ex-marido, antes de a gente casar. A gente tomava cuidado, mas eu não tomava pílula. Eu engravidei, descobri

muito cedo e fiz um aborto. Por um tempo eu fiquei meio mexida com aquela história, mas eu não me arrependi. Eu estava com vinte anos na época.”
(Marcela)

“Aos vinte anos eu engravidei. Eu estava na faculdade ainda, quase me formando. E eu falei: ‘Eu não vou ter filho agora porque eu estou para terminar a faculdade e vou entrar para um internato. Como é que eu vou ter filho nessa altura do campeonato? Não dá!’ Foi a decisão que eu tomei na época.” (Andreia)

“Eu engravidei muito jovem, de uma maneira louca, sem pensar muito. Depois eu pensei: ‘Caraca, eu não posso ter isso! Como é que eu vou fazer?’ Eu tinha dezoito anos quando isso aconteceu.” (Tereza)

Outras três argumentaram que vivem a maternidade de outras maneiras.

“Acho que mãe, de certa forma, eu já sou de muitos! Das minhas sobrinhas eu não tenho a menor dúvida; do meu marido, o que não deixa de ser um papel maternal, completamente maternal e ainda tem a minha equipe de trabalho.” (Sula)

“Eu dou aula para crianças e acho que meu lado maternal já é muito exercitado nesse momento.” (Mary)

“Eu já tenho muitos filhos. Eu criei muitos filhos. A minha barriga cresce várias vezes e eu me impregno várias vezes. Eu vivo a gravidez muitas vezes no mundo, a experiência de estar grávida. Eu não preciso representar isso.”
(Soraya)

Ao fazer a escolha pela não maternidade, algumas atribuíram, como um aspecto negativo, o fato de não experienciarem essa vivência – mesmo que todas tenham se definindo como satisfeitas com sua escolha.

“Eu acho que a maternidade te propicia entrar em contato com emoções que, não sendo mãe, eu não vou vivenciar.” (Cristina)

“Eu acho que o lado negativo é perder a oportunidade de ser mãe, de ter essa experiência, de formar uma família maior. Na verdade, se eu estou

casada já é uma família, mas eu falo no sentido de fazer essa família crescer. Tem gente que fala: 'Você pode se arrepender um dia.' Não sei, talvez. Mas, e quem é mãe? Não pode se arrepender de ter tido? Nos dois sentidos, as decisões são irreversíveis. Não sou eu quem pode se arrepender. Quem é mãe pode se arrepender; e pior ainda, com culpa." (Marcela)

"Talvez eu pudesse ter vivido uma experiência muito diferente na minha vida de tudo o que eu já tenha conhecido até hoje, mas o aspecto positivo é que eu sei que fiz a escolha certa." (Tereza)

Assim como Tereza, todas as entrevistadas, independentemente das razões, se mostraram satisfeitas por não serem mães, mesmo que a ambivalência tenha feito parte de algum momento de suas vidas.

4.4 Estilo de Vida

A ideia de que a maternidade é o único meio para que uma mulher se realize plenamente vem perdendo força. Há pouco mais de cinquenta anos, o sexo feminino apoderou-se da possibilidade de desejar e concretizar seus ideais. A mulher, por tanto tempo reprimida, foi autorizada a fazer o que bem entendesse para se realizar pessoalmente. A maternidade, então, passou a ser encarada como um complicador para aquelas que escolhem dedicar-se à carreira profissional ou que possuem uma forma de vida na qual a presença de filhos dificultaria ou impossibilitaria essa continuidade.

Tereza se sente responsável por alguns compromissos, como os cuidados com a mãe – que apresenta saúde frágil – e a ajuda financeira para manter o sobrinho.

"Eu sempre cuidei da minha família. Aos treze anos, eu fazia faxina na casa de parentes para ajudar em casa. Aos quinze, eu entrei no salão de uma madrinha para aprender a fazer unha e me tornar manicure. Aos dezessete, eu trabalhei no meu primeiro escritório no Centro da cidade. Com o primeiro salário que recebi, troquei o carpete da casa que era horrível. Com o segundo salário comprei uma televisão bem pequenininha. Apesar de não ter filhos o meu compromisso em casa sempre foi muito grande." (Tereza)

“Eu pago, hoje, o plano médico dele, além do seguro do carro e do INSS. São três coisas, na minha opinião, que ele precisa ter para tocar a vida, sem precisar desembolsar isso, na ausência do pai.” (Tereza)

A preocupação com a instabilidade do futuro e de não poder arcar com suas tarefas, foi um dos fatores que, em um primeiro momento, fez com que ela não tivesse filhos. Para Hagestad e Call (2007), a opção de não ter filhos pode resultar de escolhas pessoais e decisões conscientes, ou de circunstâncias que vão além do controle do indivíduo.

“Em um dado momento eu tomei a decisão: ‘Não vou querer ter filhos.’ Para isso eu teria que abrir mão de muitas coisas. Não coisas materiais, mas e se minha mãe não estiver bem de saúde? Como é que eu faço? Eu não sou funcionária pública, eu não tenho herança de família, eu não tenho nada. Como eu posso colocar uma criança no mundo? Só depois que eu comecei a perceber que eu não tinha afinidade com a ideia de ter filhos.” (Tereza)

No entanto, o trabalho também foi um fator que muito influenciou Tereza.

“Eu não chego a ser uma workaholic, mas eu gosto muito de trabalhar. Eu sou uma pessoa aposentada, porque eu comecei a trabalhar cedo, mas eu não consigo me imaginar sem ter esse compromisso. Eu acho que se eu tivesse que abrir mão disso, eu teria que amar muito. E eu acho que eu já vivo essa experiência – eu amo o meu trabalho.” (Tereza)

Decerto que os filhos podem significar completude para algumas mulheres, porém, não há dúvida de que implicam mudanças no estilo de vida, exigindo das mães uma série de responsabilidades. (ROCHA-COUTINHO, 2009).

“Eu tenho outros projetos. Eu mal dou conta da minha vida, mal dou conta de entender o que acontece comigo. Você tem que ter disponibilidade. Eu acho que essa coisa de ter filhos e continuar a vida normalmente é sacanagem. Não é que você tenha que sair da sua vida, mas tem uma dedicação que você tem que dar. Você abdica de coisas.” (Soraya)

Nove entrevistadas associaram a falta de desejo de ser mãe com a escolha da manutenção da liberdade, a carreira profissional e o estilo de vida acelerado. Para Marcela, filhos são uma impossibilidade diante do seu modo de vida.

“A gente tem muita consciência que não tem tempo, de que a gente tem muitos planos e muitos projetos de longo prazo. Eu não desligo, eu trabalho o tempo todo. Eu saio do trabalho e tem a dança. Eu passei agora, um mês e meio viajando para um festival. A gente foi estudar e agora está produzindo eventos. É muita coisa! É ensaio é dar aula, são os eventos e o meu trabalho. A gente já pensou em ter um cachorro, mas descobriu que não dava. Se não dá para ter um cachorro, quanto mais um filho!” (Marcela)

“A gente vive priorizando e deixando coisas de lado o tempo todo. Já tem muitas coisas que eu tenho que deixar de lado porque eu não dou conta. Hoje o tempo é uma questão na minha vida. Como é que eu faço para ter tempo? Do que eu desisto? Eu tenho muitos projetos que não têm nada a ver com o meu trabalho atual. Tem muita coisa que eu faço e que não quero abrir mão para ter um filho.” (Marcela)

Segundo pesquisa realizada por McQuillan, Greil, Shreffler & Tichenor (2008), muitas mulheres veem a maternidade como um empecilho ao sucesso profissional. Para Hagestad e Call (2007), a ausência de filhos e, conseqüentemente, a maior dedicação ao trabalho aumentam as chances de que as mulheres tenham melhores oportunidades de carreira. Embora nenhuma das entrevistadas tenha comentado sobre uma possível promoção ou ocupação de melhores cargos em função do devotamento ao trabalho, é possível notar o quanto a profissão é importante em suas vidas.

“Eu sei o quanto a minha empresa quer de mim e sei o quanto um filho exigiria. Eu não sou uma workaholic, mas eu gosto muito do meu lado profissional.” (Sula)

“Eu sempre fui muito independente. Sempre fiz minhas coisas, sempre quis trabalhar, sempre quis ganhar dinheiro. Eu trabalho com vendas, com cosméticos, com os Vigilantes do Peso, sou personal trainer, então quer dizer, são trabalhos que dependem de mim. Se eu não estou presente, eu não ganho.” (Mary)

“Eu tenho que me aposentar e não quero. Eu tenho que arranjar alguma coisa para eu fazer. Fazer tricô eu não vou, já avisei! Não adianta que eu não nasci para ser dona de casa. Eu não consigo.” (Ellen)

Para Vivian, não depender financeiramente do marido é uma prioridade em sua vida. Ele dizia que não queria filhos, mas que, se isso fosse importante, tudo bem, contanto que ela parasse de trabalhar para cuidar das crianças.

“Eu não vou ter filhos porque eu não vou deixar de trabalhar para ficar dependendo de marido. Não vou mesmo!” (Vivian)

Conciliar o trabalho e os cuidados com os filhos é, sem dúvida, uma tarefa um tanto quanto árdua. Os estudos de Rocha-Coutinho (2003, 2009) revelam que, muitas vezes, as mulheres optam por fazer ajustes na vida profissional, gerando mais tempo para se dedicarem aos filhos. Embora tenha escolhido a não maternidade, Sula fala de um projeto que, para ela, seria uma maneira de harmonizar essa dupla jornada de trabalho.

“Eu não deixaria de trabalhar, isso é um fato! Eu não pararia tudo o que eu faço para me dedicar a um filho. Eu trabalho para não ficar refém. Meu trabalho me suga muito, então ter um filho, trabalhando na minha empresa, seria complicado. Mas eu gostaria de ter um negócio próprio, porque aí eu conseguiria conciliar com a família.” (Sula)

No entanto, o maior motivo para que as participantes abrissem mão da maternidade foi a possibilidade de se manterem livres para fazer o que bem desejassem. A felicidade individual e o anseio por liberdade de nossas entrevistadas parecem fazer frente ao ideal de maternidade presente no imaginário social – que pode ser encontrado em pesquisas nacionais e internacionais, como os trabalhos de Mohler, 2005; Gillespie, 2007; Rios & Gomes, 2009a, entre outros.

“O grande ganho de não ter filhos é ter uma liberdade que eu amo. Amo! Eu trabalho até a hora que eu quero, eu faço os cursos que eu quero, eu tenho dinheiro para gastar comigo no que eu quiser e ainda sobra para eu economizar. Cara, é uma liberdade deliciosa!” (Cristina)

“A gente viaja, sai. Viaja pouco, porque ele não é muito de sair. Mas o pouco que a gente faz é tranquilo. Sem preocupação nenhuma de com quem deixar a criança, de não poder sair, não tem essa preocupação.” (Vivian)

“Eu tenho a minha independência. Posso cuidar melhor de mim, posso estar em casa sem querer falar com ninguém. Eu gosto de fazer compras, cuidar da casa, só que para mim. As pessoas precisam cuidar de si. A vida é muito boa e as pessoas fazem dela um fardo. Eu estou tão feliz do jeito que eu estou. Se eu tivesse um filho eu acho que eu estaria preocupada com ele e talvez eu não tivesse a autoestima que eu tenho.” (Mary)

“Eu sempre quis ter a liberdade de ir e vir e talvez um filho me tirasse essa liberdade. O meu trabalho é suficiente para sustentar o padrão de liberdade que tenho hoje. A liberdade não é ter muito dinheiro. A liberdade é ter condições de fazer as coisas que eu gosto. Eu sou muito aventureira, eu sou esportista e eu fiz pouco do que eu gosto de fazer de verdade. Eu gosto de andar de moto. Moto não cabe criança.” (Sula)

Quando casou e veio para o Rio, Ellen não quis ter filhos para aproveitar a Cidade Maravilhosa. Hoje ela se sente tranquila com a escolha que fez.

“No início eu era jovem e queria aproveitar. Eu vinha do interior, do mato, e achava o Rio lindo. Tudo era belo, era o máximo. Eu tinha liberdade, tinha tudo na mão. [...]” (Ellen)

“Eu tenho a liberdade de poder sair e não ter aquele compromisso de ter que pedir para alguém ficar com eles. Eu não fico preocupada de madrugada porque ele não voltou e não avisou, eu não passo a noite inteira na janela, desesperada.” (Ellen)

Para algumas mulheres, o papel de mãe não se encaixa em sua autoimagem ou programação. Amanda viveu a infância e adolescência cercada de homens machistas. Ela não tinha liberdade para nada e era constantemente pressionada para arrumar um marido. Quando casou, encontrou a liberdade com que sempre sonhou. Em função disso, acredita que não querer filhos é sinal de egoísmo, opinião compartilhada por Sula.

“Eu estava bem em casa. Eu tinha tudo o que eu queria. Eu queria viajar. Tem gente que viaja com criança, mas é mais uma pessoa para dividir – acho que isso é egoísmo da minha parte.” (Amanda)

“Meu marido não tem muito dinheiro. Talvez a minha conta só dê para nós dois, para viver no conforto que eu vivo hoje. Eu preciso abrir mão do marido para ter um filho. Se eu for muito egoísta, eu vou acabar perdendo a minha liberdade.” (Sula)

4.5 O Casal e a Escolha pela Ausência de Filhos

No final do século XX acompanhamos a formação de novos arranjos familiares, cujos vínculos estão atrelados, primeiramente, à relação amorosa entre os parceiros, e não mais à formação de uma família na qual os filhos estejam presentes (RIOS & GOMES, 2009a).

“Ele se casou para estar comigo e não pelo sonho de uma família.” (Soraya)

Nossa pesquisa confirmou que, para algumas participantes, a escolha de não ter filhos está associada à satisfação pessoal, citada anteriormente, e/ou conjugal, como apontaram Rios & Gomes, 2009b.

“Meu marido é o cara com quem eu quero envelhecer. A gente tem tudo a ver. Eu danço como eu quero, eu me divirto, eu falo alto, no tom que eu quero. Eu grito com ele quando é preciso e a gente fala manso quando precisa. A parte sexual é maravilhosa! A relação do casal é melhor. Eu acho que um filho estraga essa relação.” (Sula)

“O casal fica mais unido. Eu acho que a criança separa um pouco os dois.” (Amanda)

Cristina e o marido, depois de uma breve separação, reataram o casamento, mas decidiram que não morariam juntos novamente. Ela diz que a relação mudou: está mais saudável e muito feliz. Para ela foi uma forma de se poupar, preservando seus costumes e sua individualidade. Ainda que ele algumas vezes

sugira que voltem a dividir o mesmo apartamento, ela não aceita. Mesmo afirmando que são companheiros um do outro, ela defende que, para que a relação dê certo, precisa conservar sua independência, o que não seria possível com filhos.

“Ter filhos com meu marido seria muito complicado e eu estou optando estar com ele. Ele é um homem que permite que a minha missão, que o meu desejo de andar com as próprias pernas seja realizado.” (Cristina)

Pela a análise do discurso das entrevistadas, observou-se que, de modo geral, a relação do casal – a participante e seu companheiro – é baseada em liberdade, cumplicidade e companheirismo. Sete ainda estão no relacionamento, mas, das três que já se separaram, apenas Tereza definiu o casamento como ruim. Para as outras, o casamento traz grande satisfação pessoal.

“Marido? Essa palavra não faz mais parte do meu dicionário. Eu fui muito infeliz durante esse tempo inteiro” (Tereza)

“A minha relação com o meu marido é muito boa. É ótima! Tem quem fale que depois que a gente morre, a gente volta. Eu falo sinceramente a você, se eu voltar e encontrar com ele, eu caso com ele de novo.” (Vivian)

“A gente sempre teve um relação de muita cumplicidade, de muita amizade. É uma relação que a gente conversa sobre muita coisa. É uma relação muito aberta – ele é meu amigo e eu sou amiga dele. Ele me dá muita liberdade de fazer as coisas que eu quero fazer. Se eu quero sair com as minhas amigas, se eu quero tomar um chope, ele me apoia e fica em casa na boa. Não é aquele cara que pensa: ‘Vou deixar ela ir, pra depois eu ter uma brecha de sair também.’ Eu vejo que é sincero isso, que não o incomoda.” (Andreia)

“Viajei muito sozinha e com as amigas. Ele não tinha essas coisas de me prender. Às vezes eu chegava a me sentir solteira.” (Amanda)

“Meu casamento é de total liberdade. Eu tenho liberdade de sair, viajar, de ir aonde eu quero. Ele não me cobra pelas roupas que eu uso, o jeito que uso, nada! Aqui em casa não tem cobrança para nada!” (Ellen)

Quando se trata da escolha de ter ou não filhos, seguramente, é importante considerar a opinião do casal. Enquanto a ausência de filhos era uma condição clara para o marido de Vivian, o esposo de Amanda a deixava à vontade para decidir.

“Quando eu conheci o meu marido, a gente ficou namorando seis meses. Ele me disse: ‘Eu gosto muito de você, vamos casar. Mas tem duas coisas: eu não posso abandonar a minha mãe e não quero ter filhos.’ Eu falei para ele assim: ‘Ainda bem que você apareceu, porque você não faz questão, nem eu.’” (Vivian)

“Ele dizia que, se eu quisesse, iria aceitar. Ele estava me dizendo assim: ‘Fica à vontade.’ Mas, no fundo no fundo, eu acho que ele não queria”.
(Amanda)

Normalmente, as mulheres assumem a liderança no momento da decisão (RIOS & GOMES, 2009a; GILLESPIE, 2003). Para Rios e Gomes, essa atitude está relacionada a uma visão tradicional de família, que vê a mulher como a única responsável pelos cuidados da casa e dos filhos.

“Desde que eu me entendo por gente, na faixa de dezesseis, dezessete anos, que eu falo que eu não quero ter filhos. Em todos os relacionamentos que eu tive eu coloquei isso muito claramente.” (Mary)

“Fizemos a escolha por não ter filhos. Minha escolha, não dele; porque ele queria.” (Ellen)

“Eu tinha uma escolha praticamente fechada quando a gente começou a namorar. Eu acho que, no início, ele tinha vontade de ter. Logo no início rolou uma conversa estranha, do tipo: ‘Você pretende ser mãe?’ Eu respondi que não e senti a frustração dele com a minha resposta.” (Marcela)

“Enquanto estava comigo, ele topava eu não querer ter filhos. Ele também não queria, ficava sempre irritado com criança.” (Soraya)

No caso de Cristina, quando o marido disse que não queria ter filhos, ela respondeu que teria independentemente dele. A relação se manteve, e, com o passar o tempo, ela acabou optando por sua liberdade.

Conforme o capítulo anterior, por mais que os homens estejam também participando da vida doméstica e do cuidado com os filhos, a função ainda é vista como um papel da mulher (ROCHA-COUTINHO, 2003, 2009; JABLONSKI, 2007), o que pode ser percebido no caso de Andreia.

“Foi uma decisão muito conversada e muito pensada. Um belo dia eu disse: ‘Escuta aqui, quando é que a gente vai ter filhos? Porque todo mundo pergunta, então vamos logo resolver essa história.’ E ele me disse: ‘Olha, eu acho que isso é uma decisão sua. Quem vai carregar essa criança por nove meses é você, quem vai cuidar dessa criança é você, então eu acho que isso deve ser uma decisão sua. Na hora que você achar que está pronta para isso, será o momento da gente ter esse filho. Eu não posso te impor um filho porque eu quero um filho, mas também não vamos ter um filho porque fica todo mundo perguntando quando é que a gente vai ter.’” (Andreia)

4.6 Preocupações com o Futuro

Estudos têm mostrado que entre as causas para a escolha da maternidade estão a possibilidade de dar continuidade à família e a garantia de suporte quando a pessoa estiver em idade avançada (SCAVONE, 2001b; MANSUR, 2003; ROWLAND, 2007; KOROPECKYJ-COX, 2007; MCQUILLAN *et al.*, 2008). Esses dois argumentos podem aparecer em forma de preocupação quando se trata de mulheres que optaram pela não maternidade. Em nossa pesquisa, sete participantes citaram esses fatores em algum momento da entrevista. Em alguns casos, o receio se apresentou depois de serem questionadas a respeito de como fariam na velhice, sem ter nenhum suporte familiar.

“Me fizeram uma série de cobranças. Eu fui respondendo e passando por elas, às vezes de uma forma mais sofrida e outras vezes menos sofrida. Até que algumas amigas muito íntimas falaram: ‘Ninguém vai cuidar de você na velhice.’ Mas, espera um pouquinho, quem me assegura que um filho vai cuidar de mim? Eu conheço ‘n’ pessoas que os filhos não estão nem aí, pelo contrário, só trazem sofrimento.” (Tereza)

“A cobrança eles fazem sempre: ‘Quando você envelhecer, quem vai tomar conta de você?’ Como se os filhos fossem tomar conta de alguém. Na verdade, a maioria não vai, ou vai enquanto você ainda está lúcida. Depois te colocam numa casa de repouso.” (Ellen)

“Eu tenho uma amiga minha que diz: ‘Você já pensou na sua velhice? Você não vai ter ninguém!’ Tem muitos filhos que tomam conta dos pais, mas tem outros que não estão nem aí. Estão jogados num asilo, os filhos não vão nem visitar. Então você acaba contando com a sorte.” (Vivian)

Vale destacar que, nos casos de Tereza e Ellen, ambas possuem um ótimo relacionamento com a mãe. Enquanto Tereza cuida da mãe e se preocupa em lhe dar todo conforto possível, Ellen viaja todo o final de semana para ficar com a sua. A dedicação não as impede de considerar que um filho não seja garantia de cuidados ou suporte. Para os pesquisadores norte-americanos Mcquillan *et al.* (2008) e Koropecj-Cox (2007), a maternidade é também muito valorizada em função dessas duas recompensas, o que não coincide com o pensamento de nossas participantes.

Para outras entrevistadas a preocupação com a velhice é pessoal.

“Eu perguntei ao meu marido: ‘E quando a gente ficar velho, quem vai ficar com a gente?’ Porque pintam essas inseguranças. Ele virou para mim e disse: ‘Quem disse que filho cuida de pai e de mãe? Quem disse que é uma garantia, quando você ficar velha, que seu filho ou filha vai cuidar de você?’ Ele tinha razão.” (Andreia)

“Sabe aquelas coisas que você ouve: ‘Quando você ficar velhinha não vai ter ninguém que cuide de você’? Às vezes passa isso pela cabeça, mas eu comecei a perceber – porque eu convivo com pessoas de faixas etárias diferentes – que, se você não tem filhos, você passa a se organizar para ter bons amigos ao seu redor, para segurar sua onda quando você envelhecer. Se meu irmão não for na minha frente, ele é um homem que vai cuidar de mim e o meu marido também vai cuidar de mim. Ter filhos realmente não é garantia de nada, mas dá esses medos. Você pode ter um filho e não ter uma boa relação. Eu penso assim: eu vou ter uma grana legal para ter uma boa empregada que cuide de mim com muito carinho. Mas quem vai cuidar de mim é uma questão que no fundinho bate.” (Cristina)

Assim como Tereza e Ellen, Andreia e Cristina não acreditam que a maternidade traga segurança para o futuro. No entanto, Cristina busca saídas para amenizar o seu medo – uma boa condição financeira, amigos e outros membros familiares. Segundo Mansur (2003), os laços criados podem representar a segurança necessária para atravessar os momentos difíceis comuns na velhice. As organizações que estão sendo criadas para casais sem filhos talvez sejam uma forma de assegurar contatos com pessoas que vivem a mesma experiência e que, no futuro, possam se ajudar.

Para Marcela, o futuro é uma responsabilidade que lhe pertence. Ela não admite que uma mulher tenha filhos projetando ser amparada na velhice. De acordo com a pesquisa de Vieira (2010), é muito difícil para uma mulher assentir que a maternidade pode acontecer pela simples expectativa de cuidados futuros.

“Eu acho que tem uma coisa bonita de querer construir uma família, mas tem também um lado que por mais que as pessoas não admitam passa: ‘Quando eu ficar mais velha, vou estar sozinha. Quem vai cuidar de mim? Como é que a minha família, a minha linhagem vai continuar?’ Eu acho tudo isso uma hipocrisia! Eu acho que quem vai cuidar de mim quando eu estiver mais velha é problema meu e não o de um jovem. Se eu estiver sozinha é problema meu. Eu que faça meus amigos, eu que tenha minha vida, que construa minhas coisas e que dê conta disso de alguma forma. Sobre a coisa de continuar a família, isso mexe, mexe muito. Se eu fosse filha única, por exemplo, a minha família acabaria comigo não tendo filhos.” (Marcela)

Confrontando o ponto de vista de Marcela encontra-se o de Ellen, que se queixa de outros tipos de perdas.

“O lado negativo é que talvez fosse uma companhia para eu sair. Porque nem sempre todo mundo está disponível. E isso não quer dizer que ele vá sair comigo também, eu acho que não. Mas poderia ser uma companhia para eu ir ao cinema ou ao mercado, sei lá.” (Ellen)

Para Soraya, a preocupação refere-se à sua continuidade.

“Eu vejo uma coisa vendida para mim que eu ainda não sei se eu comprei: filho significa continuidade, não ter filho significa não ter continuidade. Talvez eu já tenha sentido isso um pouquinho, mas eu não sei se eu posso ter sentido isso como a venda de um pacote político e econômico, como uma forma de viver que me foi dada. Não sei, pode ser.”

5. Considerações Finais

O século XX foi marcado por fatos significativos, como as grandes guerras, a revolução tecnológica, as reviravoltas em relação ao poder, a globalização, o progresso e as descobertas das ciências, a implantação do sistema democrático e capitalista, entre tantos outros episódios que o fizeram palco de transformações – em uma velocidade nunca antes vivenciada na história da humanidade.

As modificações sociais, inevitavelmente, acabaram interferindo na estrutura da família, alterando seus papéis e sua composição. Os casamentos, que outrora foram determinados por motivos políticos, sociais e econômicos, passaram a se fundamentar no amor; a mulher conquistou sua emancipação e, portanto, o direito de se engajar em novas aquisições e realizar seus próprios desejos; a maternidade passou a não ser encarada como única forma de realização pessoal – uma ruptura com o modelo tradicional de família e abertura para a formação de novos arranjos familiares.

Nosso objetivo era conhecer os sentimentos e as possíveis razões para que as participantes tenham optado por não ter filhos. É importante esclarecer que nosso intuito era compreender a posição da mulher com relação à não maternidade. O casamento, contudo, era fundamental para homogeneizar nosso grupo e evitar a interferência de algumas variáveis – o discurso de uma mulher sem filhos que não viveu uma relação consistente, por exemplo, podia trazer incertezas à nossa última análise.

Nenhuma participante demonstrou insegurança ou constrangimento durante as entrevistas. De modo geral, apresentaram-se interessadas e curiosas com o resultado final. Todas expressaram satisfação em participar do trabalho.

A opção de estudar um grupo de mulheres que optou por não ser mãe, quando o tema do nosso trabalho é o amor materno, deve-se ao fato de que tínhamos por intenção avaliar até que ponto a escolha dessas mulheres poderia ter sido atravessada pelas expectativas de uma maternidade na qual estão presentes critérios que determinam como uma mulher deve se comportar para ser uma boa mãe. De acordo com Badinter (1980), esses critérios foram estabelecidos para sustentar demandas de uma sociedade dominante. O que ocorre é que, mesmo após a desvinculação de feminilidade e maternidade, os valores que determinam a

mãe perfeita encontram-se impregnados no imaginário social. Em razão desse fato, embora cresça o número de casais voluntariamente sem filhos, as mulheres que fazem essa escolha ainda são estigmatizadas, implicando, para algumas, um enorme sofrimento.

A análise dos resultados apontou que as experiências familiares contribuíram, em alguns casos, para a decisão de não ter filhos. As dificuldades financeiras enfrentadas pelas famílias e as circunstâncias que geraram sofrimento – e que estavam intimamente ligadas à maternidade, como a perda de um pai – foram relatadas por Tereza, Sula, Mary, Amanda e Vivian.

A pressão para que o casal tivesse filhos foi um fator bastante comentado. Todas as entrevistadas afirmaram que passaram por esse tipo de pressão social. Algumas, como Soraya, Mary, Vivian e Ellen, não relataram sofrimento, ao passo que, para Andreia e Amanda, foi uma razão para que questionassem sua escolha. Andreia sentia-se estigmatizada e pensou em uma possível gravidez para se sentir pertencente ao meio. Amanda buscou ajuda médica para engravidar, sem, no entanto, realizar o tratamento necessário para que isso acontecesse. Ela afirma que precisava dar uma satisfação à sociedade. Tereza relata que muitas vezes sofreu com essa circunstância e que levou um tempo para aceitar sua escolha. Hoje ela questiona quais são as vantagens da maternidade. Sula soube lidar com as pressões, mas admite que foi confrontada pelo medo de estar equivocada.

As participantes não declararam que desejavam ser mães. Mesmo Amanda, que chegou a solicitar ajuda médica para engravidar, relatou que sua atitude foi uma resposta às pressões sociais – ela queria se sentir normal e provar isso para a sociedade. Entre as entrevistadas, apenas uma ainda poderia ter filhos naturalmente. A princípio, um dos pré-requisitos para a seleção das participantes era o fato de que nenhuma delas pudesse mais engravidar sob circunstâncias normais, isto é, sem fazer uso de técnica reprodutiva conceptiva. Para nós, essa seleção também impossibilitaria a interferência de outras variáveis, como poder ter filhos um pouco mais tarde. No entanto, quando Marcela, 34 anos de idade, disponibilizou-se a participar do trabalho, reconsideramos. Percebemos que excluir esse grupo seria uma atitude preconceituosa, como se a escolha pela não maternidade não pudesse acontecer sem a inferência de razões que impeçam uma mulher de ser mãe. O discurso de Marcela não apresentou divergências quando comparado aos outros.

A ambivalência quanto à gravidez também esteve presente nos relatos. Tereza, Cristina, Amanda e Marcela chegaram a pensar em ter filhos, mas mudaram de ideia com o passar do tempo, receosas de que a maternidade anulasse seus estilos de vida. Algumas entrevistadas discorreram sobre a preocupação com um futuro financeiramente instável, e sobre a dificuldade de criar um filho frente a essas incertezas.

Nenhuma participante afirmou que não gostava de crianças, embora algumas tenham comentado sobre a falta de paciência no trato com elas. Ainda assim, o que pudemos perceber é que a escolha pela não maternidade não estava simplesmente ligada às incertezas da relação mãe/bebê, mas, sobretudo, relacionava-se com a indisponibilidade para criar filhos e cumprir com as exigências da maternidade, confirmando nossa ideia inicial.

A manutenção do estilo de vida foi o fator mais comentado por essas mulheres, que percebem a maternidade como um entrave para suas realizações. A dificuldade em conciliar carreira e família e a importância de preservar a liberdade e a individualidade foram questões decisivas na escolha de não ter filhos. No entanto, ainda que tenham se mostrado seguras quanto a essa decisão, as preocupações com a velhice, isto é, quanto à ausência de pessoas que prestem suporte e cuidados nessa etapa da vida, e a não continuidade da família foram encaradas como pontos negativos do fato de não serem mães.

O tipo de relação que o casal estabelece também foi fundamental para a escolha de manutenção do estilo de vida. De modo geral, os relacionamentos foram definidos com base na liberdade, cumplicidade e companheirismo, que geravam grande satisfação pessoal. De acordo com Rocha-Coutinho (2009), as responsabilidades da maternidade tendem a ser priorizadas, sendo mais difícil sustentar a relação conjugal, a carreira, a liberdade e outros prazeres, embora, segundo a autora, as mulheres busquem uma conciliação de tarefas. Pudemos constatar a preocupação de algumas participantes, temerosas de que a presença de filhos pudesse desestruturar a relação conjugal, tão satisfatória.

Decerto que os filhos exigem atenção e cuidados que farão com que a mãe reveja seu modo de vida e se adapte à sua nova condição, porém as representações sociais acerca de como deve agir uma boa mãe acabam criando expectativas muitas vezes assustadoras em relação à maternidade. Se as exigências dos cuidados filiais promovem a ideia de um abandono de vida e de prazeres,

naturalmente a maternidade não será recebida, muito menos encarada, como motivo de felicidade.

Como foi apresentada no trabalho, a concepção contemporânea de maternidade em nada se assemelha com a relação maternal de antes do século XIX. Os valores que foram conferidos à mãe perfeita aprisionaram a mulher aos cuidados dos filhos. Enquanto elas não detinham o direito de desejar e realizar projetos, a maternidade acabou sendo encarada como algo benéfico: a mulher, pela primeira vez, possuía algum tipo de valor – visto que era a única capaz de dar aos filhos tudo aquilo de que eles precisavam –, e a função materna era o motivo de sua felicidade. Por outro lado, esse encarceramento ocasionou culpa: se a maternidade era a maior razão de felicidade, como explicar que uma mulher não desejasse filhos ou que não se satisfizesse com o exercício da maternidade? Esse tipo de sentimento poderia ser interpretado como um ato de desamor por parte de uma mãe egoísta, o que justifica a sensação de culpa.

Com a emancipação feminina, que dissociou maternidade e feminilidade, a mulher deparou-se com uma série de possibilidades capazes de lhe conferir satisfação pessoal. A maternidade passou a ser uma possibilidade de realização, mas não a única. Para as mulheres que não viam nesta uma forma de prazer, criou-se a possibilidade de investirem energia em outros projetos. Para aquelas que desejavam ser mães, mas que também demandavam preencher a vida com outras realizações, foi o momento de aprender a conciliar a criação dos filhos com outros projetos de vida. A ideia de que a presença constante da mãe era essencial para o desenvolvimento saudável dos filhos, todavia, causou impasse, visto que a dupla jornada de trabalho não permitiria que a mãe devotasse todo o tempo necessário às crianças.

Mesmo com todas as transformações advindas da revolução sexual, as exigências atribuídas à maternidade e a ideia de que ela é função primordial da mulher, ainda vigoram.

Ao ouvir os relatos de dez mulheres que optaram por não ser mães, observamos o quanto a sociedade cobra da mulher a presença de filhos e como, muitas vezes, estigmatiza quem não cumpre essa tarefa. Também pudemos constatar que, mesmo sofrendo pressões, as representações da maternidade e suas imposições colaboraram para que as entrevistadas fizessem essa escolha.

Sob nosso ponto de vista, o amor materno não é uma realidade em si, que se faz presente quando uma mulher engravida ou que surge no momento do parto. É um sentimento construído durante a relação e que exige – se assim for a decisão – reflexão, ponderação, investimento e cuidados. Filhos não são parte de um protocolo, muito menos um projeto que, no futuro, venha viabilizar suporte aos pais. É fundamental que a mulher que escolhe ser mãe tenha clareza acerca das razões de sua opção, e que entre essas razões esteja presente a vontade de doar amor, carinho, atenção e cuidado, da forma que for cabível para o bom desenvolvimento da criança e a manutenção do seu bem-estar. Caso isso ocorra, certamente esse bom desenvolvimento será facilitado, além de ser possível o estabelecimento de uma relação mãe/criança satisfatória.

Pesquisas futuras talvez possam mostrar em que medida a sociedade pode contribuir para que as mulheres não mães sintam-se livres e seguras para realizar sua escolha, sem a preocupação de estarem descumprindo um papel. Todas as mulheres são iguais em seus direitos e é necessário que suas singularidades e decisões sejam respeitadas.

Referências Bibliográficas

ALVES, Branca Moreira & PITANGUY, Jacqueline. *O que é Feminismo?* São Paulo: Brasiliense, 2003.

AMATO, Paul. R., BOOTH, Alan, JOHNSON, David R. & ROGERS, Stacy J. *Alone together: how marriage in America is changing*. Cambridge: Harvard University Press, 2007.

ARAÚJO, Clara & SCALON, Maria Celi. *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ARIÈS, Philippe. *História Social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A., 1981.

AZEVEDO, Kátia Rosa & ARRAIS, Alessandra da Rocha. O mito da mãe exclusiva e seu impacto na depressão pós-parto. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, vol. 19, n. 2, 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/prc/v19n2/a13v19n2.pdf>. Acesso no dia 18 maio de 2011.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.

_____. *O conflito: a mulher e a mãe*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BARBOSA, Patrícia Zulato. *Novas Visões sobre Maternidade e Família: mulheres que optaram por não ter filhos*. Dissertação de Mestrado, EICOS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

BARBOSA, Patrícia Zulato & ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. *Psicologia Clínica: arte subjetividade e mídia*. vol. 19(1), 2007.

BEAUVOIR, Simone. (1949) *O Segundo Sexo: fatos e mitos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BIANCHI, Suzanne M., MILKIE, Melissa A., SAYER, Liana C. & ROBINSON, John P. Is anyone doing the housework? Trends in the gender division of household labor. *Social Forces*, vol. 79 (1), p. 191 – 228, September, 2000.

BOWLBY, John. *Child care and the growth of love*. Londres: Penguin Books, 1953.

CAPRIGLIONE, Laura. Alta infidelidade. In: *Cotidiano: a família arruma a cama*. Folha de S. Paulo: São Paulo, out. 2007.

CARDOSO, Silvia Helena & SABBATINI, Renato M. E. Aprendendo quem é a sua mãe: o comportamento do *imprinting*. *Revista Cérebro e Mente: Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Neurociência*. Campinas, nov. 2001 – março 2002. Disponível em:

www.cerebromente.org.br/n14/experimento/lorenz/index-lorenz_p.html

Acesso no dia 15 de janeiro de 2011.

COLTRANE, Scott. Research on household labor: modeling and measuring the social embeddedness of routine family work. *Journal of Marriage and the Family*. Vol. 62, Issue 4, p. 1208 – 1233, November, 2000.

COUTINHO, Anamaria Ribeiro. Cientificidade e Relevância Social: I - Controvérsias sobre a cientificidade da psicologia e das Ciências Sociais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Vol. 12 n. 1, p. 23-37, Jan. - abril, 1996.

DARWIN, Charles. *A expressão das emoções no homem e nos animais*. São Paulo; Companhia das Letras, 2009.

DATAFOLHA. A Família Brasileira. *Instituto de Pesquisa Datafolha*, Opinião Pública, dossiês. São Paulo, fev. de 1998. Disponível em: <datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=98>. Acesso no dia 14 de novembro de 2011.

DINIZ, Gláucia. O casamento contemporâneo em revista. In: Féres-Carneiro, Terezinha (org.). *Casal e Família: permanências e rupturas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

DOHERTY, W.L. Private Lives, public values: the futures of the American family. *Psychology Today*. May, 1992. Disponível em: <www.psychologytoday.com/articles/199205/private-lives-public-values>. Acesso no dia 13 de junho de 2011.

FLANDRIN, Jean-Louis. *O sexo e o ocidente*. São Paulo: editora brasiliense, 1988.

FORNA, Aminatta. *Mãe de todos os mitos: como a sociedade modela e reprime as mães*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

FREUD, Sigmund. (1924) A dissolução do complexo de Édipo. *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*, volume, XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. (1931) Sexualidade feminina. *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*, volume, XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FRIEDAN, Betty. (1963) *A Mística Feminista*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Limitada, 1971.

GIDDENS, Anthony. *A Transformação da Intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GILLESPIE, Rosemary. Childfree and feminine: understanding the gender identity of voluntarily childless women. *Gender & Society*, vol. 17, 2003.

GOLDENBERG, Mirian & TOSCANO, Moema. *A Revolução das Mulheres: um balanço do feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1992.

GRANATO, Alice. O Começo da Vida aos 40. *Revista Veja*, dez. de 1998.

HAGESTAD, Gulhild O. & Call Vaughn R. A. Pathways to Childlessness: a life course perspective. *Journal of Family Issues*, vol. 28, nº 10, p. 1338-1361, 2007.

JABLONSKI, Bernardo. *Até que a Vida nos Separe: a crise do casamento contemporâneo*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Agir, 1998.

_____. Afinal, o que quer um casal!? Algumas considerações sobre o casamento e a classe média carioca. In: Féres-Carneiro, Terezinha (org.). *Família e Casal: arranjos e demandas contemporâneas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. O cotidiano do casamento contemporâneo: e difícil e conflitiva divisão de tarefas e responsabilidades entre homens e mulheres. In: Féres-Carneiro, Terezinha (org.). *Família e Casal: saúde, trabalho e modos de vinculação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

_____. A Divisão de Tarefas Domésticas entre Homens e Mulheres no Cotidiano do Casamento. *Psicologia, Ciência e Profissão*, volume 30 (2), p. 262 – 275, 2010.

KING, Mary. *Truby King the man: a biography*. London: George Allen & Unwin, 1948.

KOROPECKYJ-COX, Tanya & PENDEL, Gretchen. Attitudes about childlessness in The United States: correlates of positive, neutral and negative responses. *Journal of Family Issues* 28, 2007.

LAMPREIA, Carolina. O Percurso: uma vida dedicada ao conhecimento. *Psicologia Clínica*. Rio de Janeiro. vol. 14(2), p. 123-133, 2002.

LORENZ, Konrad. Prefácio In: DARWIN, Charles. *A expressão das emoções no homem e nos Animais*. São Paulo; Companhia das Letras, 2009.

MAIER, Corinne. *Sem Filhos: 40 razões para não ter*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.

MALDONADO, Maria Tereza. A Ciência do Amor Materno. Entrevista realizada pela revista Família Cristã, dez. 2001. Disponível em: <www.mtmaldonado.com.br/entrevistas/A%20ciencia%20do%20amor%20eterno.php>. Acesso em 04 de set. de 2009.

MANSUR, Luci Helena Baraldo. *Sem filhos: a mulher singular no plural*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

MARCONDES, Danilo. *Textos Básicos de Filosofia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999.

_____. *Filosofia, Linguagem e Comunicação*. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *Iniciação à História da Filosofia. Dos pré-socráticos a Wittgenstein*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

MAUSHART, Susan. *A Máscara da Maternidade: porque fingimos que ser mãe não muda nada?* São Paulo: Editora Melhoramentos, 2006.

MAUSS, Marcel. L'expression Obligatoire des Sentiments (rituels oraux funéraires australiens). *Journal de Psychologie*, vol. 18, 1921.

MCQUILLAN, Julian, GREIL, Arthur L., SHREFFLER, Karina M. & TICHENOR, Veronica. The importance of motherhood among women in the contemporary United States. *Gender & Society* vol. 22, june 2008.

MELLO, Ivana S. Paiva Bezerra de. *Amor Materno: mito ou realidade*. Escola Freudiana de João Pessoa, 2008. Disponível em: <www.escolafreudianajp.org/arquivos/trabalhos/Amor_materno_mito_ou_realidade.pdf>. Acesso no dia 26 de junho de 2010.

MENEZES, Karla Fabiana Figueiredo Luna de. *Discurso de Mães Doadoras: motivos e sentimentos subjacentes à adoção*. Dissertação de Mestrado. Recife: Universidade Católica de Pernambuco, 2007.

MOHLER, Albert. Deliberate childlessness: moral rebellion with a new face. AlbertMohler.com. June, 2005. Disponível em: <www.albertmohler.com/2005/06/07/deliberate-childlessness-moral-rebellion-with-a-new-face-2/>. Acesso no dia 15 de maio de 2011.

MOURA, Solange Maria Sobottka Rolim de & ARAUJO, Maria de Fátima. A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. *Psicologia: ciência e profissão*. Brasília, vol. 24, n. 1, mar. 2004. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v24n1/v24n1a06.pdf>>. Acesso no dia 25 de maio de 2011.

OLIVEIRA, Manfredo Araujo de. *Reviravolta Linguístico-Pragmática na Filosofia Contemporânea*. São Paulo: Editora Loyola, 2001.

PARK, Kristin. Stigma management among the voluntary childless. *Sociological Perspectives*, 45(1), 21-45, 2002.

PARKER, Rozsika. *A Mãe Dividida: a experiência da ambivalência materna*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

POLLOCK, Linda A. *Forgotten children: parent child relations from 1500-1900*. Cambridge University Press, 1983.

RIOS, Maria Galvão & GOMES, Isabel Cristina. Estigmatização e Conjugalidade em Casais sem Filhos por Opção. *Psicologia em Estudo*. Maringá, vol. 14, n. 2, abr./jun. 2009a.

_____. Casamento contemporâneo: revisão de literatura acerca da opção por não ter filhos. *Estudo de Psicologia (Campinas)*, Campinas, vol. 26, n. 2, jun. 2009b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v26n2/09.pdf>>. Acesso no dia 13 de janeiro de 2011.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Quando o Executivo é uma “Dama”: a mulher, a carreira e as relações familiares. In: Féres-Carneiro, Terezinha (org.). *Família e Casal: arranjos e demandas contemporâneas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

_____. Família e emprego: conflitos e expectativas de mulheres executivas e de mulheres com um trabalho. In: Féres-Carneiro, Terezinha (org.). *Família e Casal: saúde, trabalho e modos de vinculação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

_____. De Volta ao Lar: mulheres que se afastaram de uma carreira profissional para melhor se dedicar aos filhos. Retrocesso ou um “novo” modelo de família? In: Féres-Carneiro, Terezinha (org.). *Casal e Família: permanências e rupturas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. (1972) *Emílio ou Da Educação*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ROWLAND, Donald T. Historical trends in childlessness. *Journal of Family Issues*, vol. 28, 2007.

RUBIN, Zick. *Liking and loving: an invitation to social psychology*. Nova York: Holt, Rinehart and Winston, 1973.

SAYER, Liana C., PHILIP, N. Cohen & CASPER, Lynne M. Women, Men and Work. In: *The American People: Census 2000*. Edited by Reynolds Farley and John Haaga. New York: Russell Sage Foundation and Population Reference Bureau, 2004.

SCAVONE, Lucila. A Maternidade e o Feminismo: diálogo com as ciências sociais. *Cadernos Pagu*, nº 16, p. 137-150, 2001a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a08.pdf>>. Acesso no dia 12 de março de 2011.

_____. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. *Interface (Botucatu)* vol. 5, nº 8. Botucatu, fev. 2001b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v5n8/04.pdf>>. Acesso no dia 24 de maio de 2011.

SCHWARTZMAN, Simon. A Igreja e o Estado Novo: o estatuto da família. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, vol. 37, Maio, 1980.

SHREFFLER, Karina M., New insights in pregnancy ambivalence. *Family focus on: transitioning to parenthood*. The National Council on Family Relations – NCFR, summer, 2011.

SOUZA, Daniela Borges Lima de. & FERREIRA, Maria Cristina. Autoestima Pessoal e Coletiva em Mães e Não-mães. *Psicologia em Estudo*. Maringá, vol. 10, nº1, p. 19-25. Jan./abr. 2005. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/pe/v10n1/v10n1a03.pdf>. Acesso no dia 08 de jan. de 2010.

SOUZA, Rosângela Oliveira. *O Mito do Sentimento Materno Inato: uma abordagem sobre a negligência e suas implicações para falhas na sustentação interior*. Rio de Janeiro: Letra Capital editora, 2010.

SUSSMAN, Marvin B.; STEINMETZ, Suzanne K. & PETERSON, Gary W (Eds.). *Handbook of Marriage and the Family*. Second Edition. Plenum Press: New York, 1999.

THOMPSON, Linda & WALKER, Alexis J. The Place of feminism in family studies. *Journal of Marriage and the Family*, vol. 57, p. 847 – 865, November, 1995.

TONI, Plínio Marco de.; SALVO Caroline Guisantes de.; MARINS, Marcos César & WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj. Etologia Humana: o exemplo do apego. *Psico-USF*, vol.9, nº1, p. 99-104, Jan/Jun. de 2004.

TORELLÓ, Johannes B. *Psicologia Aberta*. São Paulo: Editora Quadrante, 1987.

UNICEF. Promovendo o Aleitamento Materno. *Fundo das Nações Unidas para Infância*. 2ª edição revisada. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.unicef.org/brazil/pt/aleitamento.pdf>>. Acesso no dia 25 de junho de 2011.

VIEIRA, Cristiana. Contra a natureza e a pressão social, algumas mulheres decidem não procriar e são felizes assim. *Estadão.com.br* - O Estado de São Paulo. São Paulo, 10 de julho de 2010. Disponível em: <www.estadao.com.br/noticias/suplementos,as-sem-filhos,578511,0.htm>. Acesso no dia 15 de maio de 2011.

VOMERO, Maria Fernanda. Instinto não. Investimento. *Revista Super Interessante*. Edição 164. Maio de 2001.

WINNICOTT, Donald W. (1965). *A Família e o Desenvolvimento Individual*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ZORNIG, Silvia Abu-Jamra. *A Criança e o Infantil em Psicanálise*. São Paulo: Escuta, 2008.

ANEXOS

Anexo 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Instituição de origem: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Título da pesquisa: Sobre a Obrigatoriedade do Amor Materno: um estudo com mulheres que optaram por não ter filhos

Pesquisadora: Mariana Moura Magalhães

Coordenador: Professor Bernardo Jablonski

Com este trabalho de pesquisa visamos conhecer melhor possíveis razões que levam a mulher a escolher não ter filhos.

A pesquisa é realizada a partir de uma entrevista gravada e, posteriormente, transcrita, permanecendo sob a responsabilidade da pesquisadora todo e qualquer dado de identificação. Todas as informações têm caráter confidencial: portanto, sua identidade será mantida em sigilo, sem revelação em qualquer publicação posterior.

Sua participação é voluntária, e você está livre para interromper a entrevista quando assim desejar, fazer as perguntas que julgar necessárias, recusar-se a responder certas perguntas e falar de assuntos que lhe possam causar qualquer tipo de constrangimento.

Com sua adesão você estará contribuindo para conhecermos mais sobre a formação das novas famílias na contemporaneidade.

Assinando este formulário de consentimento você estará autorizando a pesquisadora a utilizar, em ensino, pesquisa e publicação, as informações prestadas na entrevista.

Eu, _____, fui informada sobre o estudo acima referido e compreendi seus objetivos. Tive a oportunidade de fazer perguntas e todas as minhas dúvidas foram respondidas a contento. Este formulário está sendo assinado voluntariamente por mim, o que indica meu consentimento para participar desta pesquisa, até que eu decida o contrário.

Assinatura da entrevistada

Rio de Janeiro, ____/____/____

Anexo 2 – Roteiro das Entrevistas

Dados Identificatórios:

Nome; nome fictício; idade; estado civil;

Assuntos a serem investigados:

Se os pais estão vivos e casados na atualidade;

Se a resposta da pergunta anterior for não:

- Perguntar quantos anos a entrevistada tinha no momento da separação;
- Saber com quem morou após a separação;
- Perguntar se havia contato com aquele que morava fora de casa.

Como era a relação com a mãe na infância e adolescência, e posteriormente esclarecer se houve mudanças após a saída de casa;

Se a entrevistada tem irmãos;

Se a mãe trabalhava em casa ou fora, quem cuidava dos filhos, como era a criação e se havia algum tipo de ajuda nestes cuidados (empregada doméstica/membro da família);

Informações sobre o casamento tais, como:

- Como foi para os pais receber este casamento;
- Duração;
- Como ela percebe seu casamento;

Como se deu a escolha de não ter filhos;

Como foi fazer essa escolha;

Se ela, em algum momento, pensou em ter filhos e como se imaginou como mãe;

Se houve alguma crítica ou pressão social pelo fato de a entrevistada não ter filhos;

Esclarecer:

- O que a entrevistada entende por maternidade;
- O que é ser uma boa mãe;
- Se ela acredita que o amor materno é natural;

Se a entrevistada trabalha, saber em que área e o que ela acha da dupla jornada;

O que a entrevistada atribui de positivo e negativo ao fato de ter escolhido não ser mãe;

Como a entrevistada se sente com sua escolha;

Se a entrevistada desejaria acrescentar mais alguma informação.

Anexo 3 – Aprovação do Comitê de Ética

PONTIFÍCA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



PSI.COMITÊ DE ÉTICA: 02/2011

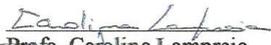
DECLARAÇÃO

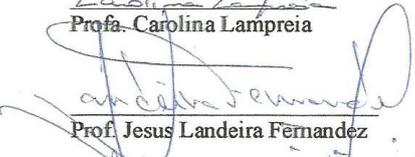
Declaramos, para os devidos fins, que o Projeto de Pesquisa de Mestrado desenvolvido pela aluna Mariana Moura Magalhães, sob a orientação da Prof. Bernardo Jablonski, intitulado *“Sobre a obrigatoriedade do amor materno”: Um estudo sobre mulheres que optaram em não ter filhos*” foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Departamento de Psicologia.

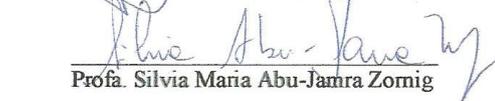
Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 2011.

Comitê de Ética em Pesquisa do Departamento de Psicologia


Prof. Carlos Augusto Peixoto Junior


Prof. Carolina Lampreia


Prof. Jesus Landeira Fernandez


Prof. Silvia Maria Abu-Jamra Zomig

Programa de Pós-Graduação e Pesquisa
Departamento de Psicologia
Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea - 22543-900
Rio de Janeiro - RJ - Tel. (021) / 3114 1185 / 3114 1186 / FAX 3114 1187
E-mail: psipos@puc-rio.br